

Atlantic Energias Renováveis S.A.												
CNPJ nº 11.489.312/0001-27												
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)												
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado		
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024	
Caixa e equivalentes de caixa	7	95.862	168.236	1.424.812	1.390.716	Fornecedores	15	446	4.875	82.066	103.181	
Contas a receber de clientes	8	-	-	116.272	85.546	Provisões	16	-	-	267.950	252.396	
Empréstimos entre partes relacionadas	9	403.000	403.000	-	-	Financiamentos	16	-	-	240.297	330.410	
Contas a receber de partes relacionadas	9	26.206	25.014	-	-	Obrigações sociais e trabalhistas	16	2.994	2.658	5.462	5.946	
Dividendos a receber	9	28.880	11.393	-	-	Passivo de arrendamento mercantil	14	36	39	56	60	
Despesas antecipadas		67	27	4.867	3.494	Debêntures a pagar	16	-	-	31.117	28.633	
Adiantamentos a fornecedores		701	676	11.587	14.889	Adiantamento de clientes		-	-	1.392	1.284	
Tributos e contribuições a compensar		17.153	11.763	45.609	22.595	Obrigações fiscais		301	1.068	6.237	6.087	
Outros ativos		-	-	16.527	16.370	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	48	8.754	8.920	
Total do ativo circulante		571.870	620.108	1.619.674	1.533.609	Contas a pagar à partes relacionadas	9	11.162	3.014	11.162	3.014	
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	147.776	139.809	Dividendos a pagar	9	32.829	-	32.829	-	
Despesas antecipadas		-	-	300	766	Total do passivo circulante		47.768	11.702	687.322	739.932	
Depósitos judiciais		12	10	12.693	12.131	Provisões	15	-	-	27.783	52.154	
Investimentos	11	3.669.413	3.405.075	-	-	Financiamentos	16	-	-	1.966.485	1.958.083	
Imobilizado	12	408	572	5.168.006	5.169.418	Passivo de arrendamento mercantil	14	2.949	2.985	5.542	5.597	
Intangível	13	7.989	7.342	31.091	30.301	Debêntures a pagar	16	-	-	84.944	108.573	
Ativo de direito de uso	14	2.461	2.585	4.645	4.826	Obrigações fiscais		184	473	184	473	
Total do ativo não circulante		3.680.283	3.415.564	5.364.511	5.357.251	Tributos diferidos		-	-	10.673	5.536	
Total do ativo		4.252.153	4.035.672	6.984.185	6.890.860	Total do passivo não circulante		3.133	3.458	2.095.611	2.130.416	
						Capital social		3.797.861	3.797.861	3.797.861	3.797.861	
						Reserva de capital		297.993	297.993	297.993	297.993	
						Prejuízos acumulados		-	(75.341)	-	(75.341)	
						Reserva legal		6.911	-	6.911	-	
						Reserva de lucros		98.487	-	98.487	-	
						Total do patrimônio líquido	17	4.201.251	4.020.512	4.201.251	4.020.512	
						Total do passivo e patrimônio líquido		4.252.153	4.035.672	6.984.185	6.890.860	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024												
(Em milhares de Reais)												
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado		
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024	
Receita líquida de venda de energia	18	1.277	-	874.380	721.582	Lucro líquido do exercício		213.568	61.461	213.568	61.461	
Custo da geração de energia	19	-	-	(518.245)	(436.635)	Ajustes para:						
Lucro bruto		1.277	-	356.115	284.946	Equivalência patrimonial	11	(214.659)	(49.501)	-	-	
Despesas gerais e administrativas	19	(8.416)	(9.702)	(34.783)	(36.239)	Depreciação e amortização	12	217	2.046	202.779	201.706	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(8.330)	(2.622)	(201)	(10.521)	Despesas com juros	16	-	-	215.478	219.796	
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras líquidas e impostos		(15.469)	(12.324)	321.130	238.187	Amortização de custos de transação	16	-	-	5.485	5.408	
Despesas financeiras	20	(3.867)	(6.987)	(250.067)	(274.880)	Provisão ressarcimento de energia	15	-	-	47.147	79.200	
Receitas financeiras	20	18.245	35.087	201.197	158.538	Juros de arrendamentos	14	-	-	223	225	
(Despesas) receitas financeiras líquidas		14.378	28.100	(48.870)	(116.342)	Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	3.816	54.197	60.394	
Equivalência patrimonial	12	214.659	49.501	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	4.495	(10)	
Resultado antes dos impostos		213.568	65.277	272.280	121.845	Variações em:		(873)	17.822	743.372	628.180	
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	(3.816)	(54.197)	(60.394)	Contas a receber de clientes		-	-	(30.726)	10.724	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	(4.495)	10	Despesas antecipadas		(40)	84	(906)	2.184	
Lucro líquido do exercício		213.568	61.461	213.568	61.461	Adiantamentos a fornecedores		(26)	15	3.301	4.934	
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,1349	0,0388	0,1349	0,0388	Tributos e contribuições a compensar		(5.390)	(1.860)	(23.014)	(7.222)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024												
(Em milhares de Reais)												
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado		
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024	
Lucro líquido do exercício		213.568	61.461	213.568	61.461	Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		(4.169)	(1.421)	605.357	567.293	
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	Impostos pagos sobre o lucro		(404)	(2.437)	(40.270)	(45.638)	
Resultado abrangente total		213.568	61.461	213.568	61.461	Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		(4.573)	(3.858)	565.087	521.655	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024												
(Em milhares de Reais)												
	Nota	Capital social a integralizar		Reserva de capital		Reserva legal		Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados		
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.797.861	(650.000)	297.993	-	-	-	-	(136.803)	3.309.051	-	
Integralização de capital	17	-	650.000	-	-	-	-	-	-	650.000	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	61.461	61.461	
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.797.861	-	297.993	-	-	-	(75.341)	4.020.512	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	213.568	213.568	
Constituição da reserva legal	17	-	-	-	6.911	-	-	-	-	(6.911)	-	
Dividendos mínimo obrigatório	17	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.829)	(32.829)	
Retenção de lucros	17	-	-	-	-	-	-	98.487	(98.487)	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2025		3.797.861	-	297.993	6.911	98.487	-	-	-	4.201.251	-	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas												
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)												
1. Contexto operacional												
A Atlantic Energias Renováveis S.A. ("Atlantic" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo - SP, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de janeiro de 2010. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo") e As controladas da Atlantic foram vencedoras dos Leilões promovidos pela ANEEL, com a autorização dos projetos, o que viabilizou os empreendimentos dos parques eólicos listados abaixo:												
tem como objeto social a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica bem como comercialização dos créditos derivados da redução de emissões de carbono. O Grupo está focado no desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, como parques eólicos. As companhias controladas diretamente pelo Grupo são:												
Eurus II Energias Renováveis S.A. 100,00% 100,00% Renascença V Energias Renováveis S.A. 100,00% 100,00% Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A. 100,00% 100,00% Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. 100,00% 100,00% Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. 100,00% 100,00% Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. 100,00% 100,00% Lagoinha Holding Ltda. 100,00% 100,00%												
Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MW]	Garantia Física outorgada [MWm]	Percentual de participação	2025	2024
Eurus II	30	LER 2010	V100-2MW-HH80m	256	18/04/2011	18/04/2046	15,2	15,2	15,2	100,00%	100,00%	100,00%
Renascença V	30	LER 2010	V100-2MW-HH85m	254	18/04/2011	18/04/2046	15,0	15,0	15,0	100,00%	100,00%	100,00%
Ventos da Andorinha	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	498	13/09/2012	13/09/2047	15,9	17,9	17,9	100,00%	100,00%	100,00%
Ventos de Campo Formoso I	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	497	13/09/2012	13/09/2047	15,5	16,9	16,9	100,00%	100,00%	100,00%
Ventos de Campo Formoso II	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	493	08/09/2012	08/09/2047	15,5	17,8	17,8	100,00%	100,00%	100,00%
Ventos de Morrinhos	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	499	13/09/2012	13/09/2047	15,0	17,1	17,1	100,00%	100,00%	100,00%
Ventos do Sertão	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	500	13/09/2012	13/09/2047	12,7	14,8	14,8	100,00%	100,00%	100,00%
Ventos de Guarás I	30	A-3 2013	G97-2MW-HH78m	254	05/06/2014	05/06/2049	15,5	17,0	15,7	100,00%	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar I	21	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	361	23/07/2014	23/07/2049	9,7	10,1	10,1	100,00%	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar II	27	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	357	23/07/2014	23/07/2049	12,3	13,2	13,2	100,00%	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar III	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	380	30/07/2014	30/07/2049	4,3	4,5	4,5	100,00%	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar IV	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	326	14/07/2014	14/07/2049	6,9	7,5	7,5	100,00%	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar V	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	334	15/07/2014	15/07/2049	6,0	7,4	7,4	100,00%	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar VI	18	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	335	15/07/2014	15/07/2049	7,9	8,9	8,9	100,00%	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar VII	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	344	17/07/2014	18/04/2049	5,8	7,3	7,3	100,00%	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar VIII	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	343	18/07/2014	18/07/2049	6,0	7,5	7,5	100,00%	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar IX	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	362	23/07/2014	27/07/2049	3,4	4,4	4,4	100,00%	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar X	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	360	26/07/2014	23/07/2049	3,3	4,4	4,4	100,00%	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar XI	24	A-3 2014	AW3000-3MW-HH120m	18	06/02/2015	06/02/2050	9,6	11,8	11,8	100,00%	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar XII	30	A-3 2014	AW3000-3MW-HH120m	6	15/01/2015	15/01/2050	10,8	14,6	14,6	100,00%	100,00%	100,00%
Lagoa do Barro I	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	309	03/07/2015	02/07/2050	14,2	15,5	15,5	100,00%	100,00%	100,00%
Lagoa do Barro II	44,100	N/A	LR8-66HGD-615M LR8-66HGD-820M	2.785	10/08/2023	09/08/2058	-					

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO									
Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comer-cializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MW]	Garantia Física outorgada [MWm]
Lagoa do Barro IV	33	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m GWH171-6.0	312	03/07/2015	02/07/2050	12,9	14,8	15,1
Lagoa do Barro V	24	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	313	03/07/2015	02/07/2050	10,3	13,2	13,2
Lagoa do Barro VI	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	314	03/07/2015	02/07/2050	11,9	14,8	14,8
Lagoa do Barro VII	33	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m GWH171-6.0	315	03/07/2015	02/07/2050	13,8	14,5	14,3
Lagoa do Barro VIII	9	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	316	03/07/2015	02/07/2050	4,5	5,1	5,1
Lagoa do Barro IX	32,2	A-6 2019	GW155-4.5 MW- HH110m	208	05/05/2020	05/05/2055	3,4	16,7	11,3
Lagoa do Barro X	50,6	A-6 2019	GW155-4.5 MW- HH110m	207	04/05/2020	05/05/2055	4,0	25,5	13,2
Tanque Novo I	27	A-6 2019	GW155-4.5 MW- HH110m	183	20/04/2020	20/04/2055	2,2	12,4	7,1
Tanque Novo II	18	A-6 2019	GW155-4.5 MW- HH110m	182	24/04/2020	24/04/2055	1,9	7,7	6,2
Tanque Novo III	13,5	A-6 2019	GW155-4.5 MW- HH110m	184	24/04/2020	24/04/2055	1,5	5,4	4,7
Tanque Novo IV	27	A-6 2019	GW155-4.5 MW- HH110m	193	24/04/2020	24/04/2055	3,4	11,6	11,1
Tanque Novo V	36	A-6 2019	GW155-4.5 MW- HH110m	195	24/04/2020	24/04/2055	3,9	15,0	12,9
Tanque Novo VI	36	A-6 2019	GW155-4.5 MW- HH110m	191	24/04/2020	24/04/2055	3,4	14,1	11,2
Tanque Novo VII	22,5	A-6 2019	GW155-4.5 MW- HH110m	196	24/04/2020	24/04/2055	2,7	10,0	9,0
Lagoinha I	41,244	N/A	LR5-75HGD-580M LR5-72HGD-585M	10.478	24/08/2021	23/08/2056	-	12,1	11,8
Lagoinha II	41,244	N/A	LR5-75HGD-580M LR5-72HGD-585M	10.479	24/08/2021	23/08/2056	-	12,1	11,8
Lagoinha III	41,244	N/A	LR5-75HGD-580M LR5-72HGD-585M	10.480	24/08/2021	23/08/2056	-	12,1	11,8
Lagoinha IV	41,244	N/A	LR5-75HGD-580M LR5-72HGD-585M	10.481	24/08/2021	23/08/2056	-	12,1	11,8

a. Aquisição de controladas: Em 21 de novembro de 2023 a Atlantic Energias Renováveis S.A. firmou contrato de compra e venda de ações em que a Energybras Energias Renováveis Ltda. alienou 100% das ações da Lagoinha Holding Ltda. e suas controladas. **(i) Ágio:** O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue: Em milhares de Reais

2023	23.000
Contraprestação	(40)
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	22.960

2. Base de preparação
Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas críticas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 12** - Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado); • **Nota explicativa 13** - Intangível (teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • **Nota explicativa 15** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6. Resumo das políticas contábeis materiais
O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Base de consolidação:** **(i) Controladas:** Controladas são todas as entidades investidas nas quais a Companhia está exposta ou detém o direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, e ainda quando a Companhia possui a habilidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido na entidade investida. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, observando-se o percentual de participação societária. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em participações em sociedades controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. **(ii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas do Grupo são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente:** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida por suas controladas é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 15 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **d. Impostos:** **(i) Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro real"):** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 1,65% e 7,6% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. **(ii) Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro presumido"):** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. **(iii) Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro real"):** O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Em 2025, as Companhias enquadradas na tributação do lucro real são: Atlantic Energias Renováveis S.A., Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A., Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A., Lagoinha Holding Ltda., Lagoinha Energia SPE I Ltda., Lagoinha Energia SPE II Ltda., Lagoinha Energia SPE III Ltda., Lagoinha Energia SPE IV Ltda. **(iv) Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro presumido"):** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, as alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Em 2025, as Companhias enquadradas na tributação do lucro presumido são: Andorinha Energias Renováveis S.A., Campo Formoso I Energias Renováveis S.A., Campo Formoso II Energias Renováveis S.A., Eurus II Energias Renováveis S.A., Morinhos Energias Renováveis S.A., Renascer V Energias Renováveis S.A., Sertão Energias Renováveis S.A., e Ventos Dos Guaras I Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A., e Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A., Tanque Novo I Energias Renováveis S.A., Tanque Novo II Energias Renováveis S.A., Tanque Novo III Energias Renováveis S.A., Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A., Tanque Novo V Energias Renováveis S.A., Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A., Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A., Lagoinha Energia SPE I Ltda., Lagoinha Energia SPE II Ltda., Lagoinha Energia SPE III Ltda., Lagoinha Energia SPE IV Ltda. Em 2024, as Companhias enquadradas na tributação do lucro presumido são: Andorinha Energias Renováveis S.A., Campo Formoso I Energias Renováveis S.A., Campo Formoso II Energias Renováveis S.A., Eurus II Energias Renováveis S.A., Morinhos Energias Renováveis S.A., Renascer V Energias Renováveis S.A., Sertão Energias Renováveis S.A., e Ventos Dos Guaras I Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A., Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A., e Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A., Tanque Novo I Energias Renováveis S.A., Tanque Novo II Energias Renováveis S.A., Tanque Novo III Energias Renováveis S.A., Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A., Tanque Novo V Energias Renováveis S.A., Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A., Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A. **(v) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **e. Imobilizado:** **(i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação:** A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear. **Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados**

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	3%
Sistemas de transmissão e conexão	4%



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa média de desconto utilizada foi de 10,98% a.a. (9,63% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

13. Intangível (consolidado)

	2025	2024
Agio de rentabilidade futura	22.960	22.960
Projetos eólicos e solares	8.131	7.341
	31.091	30.301
Movimentação em 2025		
	Saldo em 2024	Saldo em 2025
Agio de rentabilidade futura	22.960	22.960
Projetos eólicos e solares	7.341	8.131
	30.301	31.091
Movimentação em 2025		
	Saldo em 2024	Saldo em 2025
Agio de rentabilidade futura	22.960	22.960
Projetos eólicos e solares	6.158	7.341
	29.118	30.301

Projetos eólicos e solares: Refere-se, substancialmente, ao custo de aquisição de projeto desenvolvido por terceiros para a implantação do parque eólico ou solar. O projeto adquirido abrangeu gastos com estudos das áreas, estudos de carga e classe de aerogeradores a serem instalados nos parques eólicos, serviços de topografia, sondagens e geologia.

14. Arrendamentos (consolidado)

Os saldos relacionados aos arrendamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são demonstrados conforme tabelas a seguir:

Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 2024	Amortização	Saldo em 2025
Terras e terrenos	9%	4.826	(181)	4.645
		4.826	(181)	4.645

Passivo de arrendamento

	Saldo em 2024	Liquidações	Juros incorridos	Saldo em 2025
Terras e terrenos	5.657	(283)	223	5.597
	5.657	(283)	223	5.597

16. Financiamentos e debêntures a pagar (consolidado)

Companhia	Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2025	2024
Eurus II Energias Renováveis S.A.	BNDES (a)	TJLP + 2,02%	16/12/2030	31.211	36.516
Renascença V Energias Renováveis S.A.	BNDES (b)	TJLP + 2,02%	16/12/2030	28.402	33.229
Andorinha Energias Renováveis S.A.	BNDES (c)	TJLP + 2,45%	15/02/2032	33.359	36.429
Andorinha Energias Renováveis S.A.	BNDES (d)	TJLP + 4,15%	15/02/2032	14.242	15.458
Campo Formoso I Energias Renováveis S.A.	BNDES (e)	TJLP + 2,45%	15/04/2032	33.355	36.301
Campo Formoso I Energias Renováveis S.A.	BNDES (f)	TJLP + 4,15%	15/04/2032	14.973	16.195
Campo Formoso II Energias Renováveis S.A.	BNDES (g)	TJLP + 2,45%	15/03/2032	33.047	36.030
Campo Formoso II Energias Renováveis S.A.	BNDES (h)	TJLP + 4,15%	15/03/2032	14.837	16.075
Morinhos Energias Renováveis S.A.	BNDES (i)	TJLP + 2,45%	15/03/2032	32.243	35.153
Morinhos Energias Renováveis S.A.	BNDES (j)	TJLP + 4,15%	15/03/2032	14.421	15.624
Sertão Energias Renováveis S.A.	BNDES (k)	TJLP + 2,45%	15/04/2032	28.304	30.804
Sertão Energias Renováveis S.A.	BNDES (l)	TJLP + 4,15%	15/04/2032	12.706	13.742
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A.	BNDES (m)	TJLP + 2,45%	15/10/2032	39.601	42.680
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A.	BNDES (n)	TJLP + 4,15%	15/10/2032	17.581	18.832
Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A.	Debêntures (o)	IPCA + 7,0802%	15/12/2027	57.200	78.758
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A.	BNB (p)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	68.941	73.127
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A.	BNB (q)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	21.241	23.093
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A.	BNB (r)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	70.315	74.343
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A.	BNB (s)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	23.499	25.065
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A.	BNB (t)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	70.322	74.648
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A.	BNB (u)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	22.825	24.584
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A.	BNB (v)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	72.411	76.692
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A.	BNB (w)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	23.332	25.064
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A.	BNB (x)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	63.194	66.956
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A.	BNB (y)	IPCA + 2,60%	15/07/2037	20.089	21.725
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A.	BNB (z)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	70.870	75.053
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A.	BNB (aa)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	25.209	26.833
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A.	BNB (bb)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	71.763	75.861
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A.	BNB (cc)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	24.942	26.348
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A.	BNB (dd)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	23.627	25.018
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A.	BNB (ee)	IPCA + 2,40%	15/05/2037	8.139	8.633
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.	Debêntures (ff)	IPCA + 5,9548%	15/09/2031	71.232	73.534
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.	BNDES (gg)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	28.692	30.413
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.	BRDE (hh)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	15.181	16.013
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.	BNDES (ii)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	37.664	39.923
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.	BRDE (jj)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	20.787	21.927
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.	BNDES (kk)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	14.405	15.317
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.	BRDE (ll)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	6.831	7.222
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.	BNDES (mm)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	22.805	24.234
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.	BRDE (nn)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	12.052	12.713

(a) Eurus II Energias Renováveis S.A.: Em 18 de dezembro de 2014 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor total de R\$ 94.540, com vencimento final para dezembro de 2030. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (b) Renascença V Energias Renováveis S.A.: Em 18 de dezembro de 2014 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor total de R\$ 88.861, com vencimento final para dezembro de 2030. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (c) Andorinha Energias Renováveis S.A.: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 62.142, com vencimento final para fevereiro de 2032. (d) Andorinha Energias Renováveis S.A.: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Santander S.A. (credores) no valor de R\$ 25.579, com vencimento final para fevereiro de 2032. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (e) Campo Formoso I Energias Renováveis S.A.: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 82.142, com vencimento final para fevereiro de 2032. (f) Campo Formoso I Energias Renováveis S.A.: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Santander S.A. (credores) no valor de R\$ 25.077, com vencimento final para abril de 2032. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (g) Campo Formoso II Energias Renováveis S.A.: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 58.514, com vencimento final para abril de 2032. (h) Campo Formoso II Energias Renováveis S.A.: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Santander S.A. (credores) no valor de R\$ 25.035, com vencimento final para março de 2032. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações

15. Provisões

(i) **Provisão ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual à CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrinial
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 827 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizada pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade

de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	253.182	
Constituição	79.200	
Baixa	(27.832)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	304.550	
Constituição	47.147	
Baixa	(55.965)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	295.733	304.550
Provisão para ressarcimento curto prazo	267.950	252.396
Provisão para ressarcimento longo prazo	27.783	52.154
	295.733	304.550

(ii) **Provisão para desmantelamento:** Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa materialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. (iii) **Provisão para contingências:** Suportada pelos advogados que assessoram o Grupo, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possível", totalizando o montante de R\$ 11.847 em 2025 (R\$ 11.767 em 2024).

Companhia	Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2025	2024
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.	BNDES (oo)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	22.417	23.817
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.	BRDE (pp)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	12.005	12.691
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.	BNDES (qq)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	26.934	28.615
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.	BRDE (rr)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	14.323	15.142
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.	BNDES (ss)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	22.720	24.083
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.	BRDE (tt)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	12.036	12.696
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.	BNDES (uu)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	22.412	23.810
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.	BRDE (vv)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	11.920	12.602
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.	BNDES (ww)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	13.480	14.269
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.	BRDE (xx)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	7.143	7.535
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.	BNDES (yy)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	12.903	13.708
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.	BRDE (zz)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	6.901	7.296
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.	BNDES (aaa)	TJLP + 2,12%	15/06/2033	36.605	39.064
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.	BRDE (bbb)	TJLP + 3,50%	15/06/2033	19.506	20.714
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.	BNDES (ccc)	TJLP + 2,12%	15/06/2033	42.299	45.141
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.	BRDE (ddd)	TJLP + 3,50%	15/06/2033	22.568	23.965
Tanque Novo I Energias Renováveis S.A.	BNB (eee)	IPCA + 4,73%	15/01/2046	76.210	50.593
Tanque Novo I Energias Renováveis S.A.	BNB (fff)	IPCA + 11,00%	15/10/2034	12.116	13.492
Tanque Novo II Energias Renováveis S.A.	BNB (ggg)	IPCA + 4,69%	15/07/2043	29.234	29.887
Tanque Novo III Energias Renováveis S.A.	BNB (hhh)	IPCA + 4,73%	15/01/2046	26.404	27.256
Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A.	BNB (iii)	IPCA + 4,73%	15/01/2046	50.162	50.655
Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A.	BNB (jjj)	IPCA + 11,00%	15/10/2034	12.263	13.686
Tanque Novo V Energias Renováveis S.A.	BNB (kkk)	IPCA + 4,69%	15/07/2043	70.506	71.897
Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A.	BNB (lll)	IPCA + 4,69%	15/07/2043	69.819	71.625
Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A.	BNB (mmm)	IPCA + 4,73%	15/01/2046	41.474	42.064
Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A.	BNB (nnn)	IPCA + 11,00%	15/10/2034	10.552	11.765
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A.	BNB (ooo)	IPCA + 6,15%	15/04/2042	71.441	74.752
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A.	BNB (ppp)	IPCA + 6,15%	15/04/2042	112.511	117.658
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A.	ICBC (qqq)	2,70%	01/12/2026	27.390	-
Lagoinha Energia SPE I Ltda.	ICBC (rrr)	3,90%	13/12/2025	-	34.939
Lagoinha Energia SPE II Ltda.	ICBC (sss)	3,90%	13/12/2025	-	35.004
Lagoinha Energia SPE III Ltda.	ICBC (ttt)	3,90%	13/12/2025	-	35.155
Lagoinha Energia SPE IV Ltda.	ICBC (uuu)	3,90%	13/12/2025	-	35.227
Lagoinha Energia SPE I Ltda.	BOCOM (vvv)	LPR 1 ano - 40bps	09/04/2031	31.094	-
Lagoinha Energia SPE II Ltda.	BOCOM (www)	LPR 1 ano - 40bps	09/04/2031	31.641	-
Lagoinha Energia SPE III Ltda.	BOCOM (xxx)	LPR 1 ano - 40bps	09/04/2031	31.373	-
Lagoinha Energia SPE IV Ltda.	BOCOM (yyy)	LPR 1 ano - 40bps	09/04/2031	32.241	-
Passivo circulante				271.414	359.043
Passivo não circulante				2.051.429	2.066.656

financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (j) Morinhos Energias Renováveis S.A.: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 56.378, com vencimento final para março de 2032. (k) Morinhos Energias Renováveis S.A.: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Santander S.A. (credores) no valor de R\$ 24.162, com vencimento final para março de 2032. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (l) Sertão Energias Renováveis S.A.: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 49.630, com vencimento final para abril de 2032. (m) Sertão Energias Renováveis S.A.: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Santander S.A. (credores) no valor de R\$ 21.270, com vencimento final para abril de 2032. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (n) Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A.: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 61.608, com vencimento final para outubro de 2032. (o) Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A.: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Santander S.A. (credores) no valor de R\$ 26.403, com vencimento final para outubro de 2032. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (p) Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A.: Em 10 de abril de 2017 foi assinado Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples contendo 102.500 debêntures ao valor de R\$ 1,00 não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento final para dezembro de 2027. Garantias: garantias reais e fidejussória adicional. (q) Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A.: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 100.138, com vencimento final para abril de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (r) Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A.: Em 29 de

junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 31.581, com vencimento final para maio de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (s) Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A.: Em 26 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 31.785, com vencimento final para junho de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações finance

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do **Jornal POLO BRASIL** aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **e. Imobilizado** - **(i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **(ii) Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pelo Grupo. **(iii) Depreciação** - A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear. Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	3%
Sistemas de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **f. Arrendamentos** - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2). **(i) Como arrendatário** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizá-los como componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo de direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, o CPC 06 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. **g. Provisões** - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento** - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. **h. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **i. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **j. Instrumentos financeiros** - **Reconhecimento e mensuração inicial** - O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo através do Resultado Abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo através do Resultado Abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor Justo através do Resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. O Grupo não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento	A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.
Mantido para recebimento e venda	A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.
Mantido para negociação	A Companhia não possui ativos financeiros manti-

dos para negociação. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI** - A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: - Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; - Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - Os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**Ativos financeiros a VJR**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. O Grupo não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Instrumentos de dívida e**patrimoniais a VJORA**

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento - Ativos financeiros**: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros**: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **k. Redução ao valor recuperável (*impairment*) - (i) Ativos financeiros não-derivativos** - Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: - Inadimplência ou atrasos do devedor; - Reestruturação de um valor devido à Grupo em condições não consideradas em condições normais; - Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; - Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; - O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou - Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** - O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros** - A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. Um ativo recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **l. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas** - Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: - As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; - As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota

nas demonstrações financeiras; - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Contratos de eletricidade relacionados a natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Caixa e bancos	2	612
Aplicações financeiras (i)	79.186	252.418
	79.188	253.030

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes (consolidado)

	Consolidado
	2025
Contas a receber	23.551
	23.551

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes do Grupo, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Partes relacionadas - O Grupo possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Controladora	2025	2024
Ativo circulante		
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. (c)	1.445	1.316
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A. (c)	26	-
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A. (c)	-	144
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A. (c)	280	420
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. (c)	466	682
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A. (c)	542	346
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A. (c)	743	478
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. (c)	448	203
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A. (c)	342	-
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A. (c)	1.348	854
	5.669	4.443

Ativo não circulante		
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A. (b)	2.635	1.175
	2.635	1.175
	2025	2024

Passivo circulante		
Atlântic Energias Renováveis S/A. (a)	656	11.038
	656	11.038

Passivo não circulante		
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. (b)	8.840	7.892
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A. (b)	2.195	1.845
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A. (b)	3.765	3.069
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A. (b)	3.765	3.070
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. (b)	4.518	3.684
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A. (b)	3.762	3.069
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A. (b)	3.766	3.069
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. (b)	2.280	1.839
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A. (b)	2.294	1.838
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A. (b)	5.840	4.808
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A. (b)	7.647	6.239
	48.672	40.422

(a) Os saldos de contas a pagar a partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de contas a receber e contas a pagar a partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (c) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

	2025	2024
Passivo circulante		
Atlântic Energias Renováveis S/A. (a)	656	11.038
	656	11.038

(a) Os saldos de contas a pagar a partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. **Remuneração do pessoal chave da Administração**. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10. Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	57.634	51.334
	57.634	51.334

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento aos covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 15). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11. Investimentos (controladora)**11.1. Informações das companhias controladas**

	2025				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (Prejuízo)
Controladas					
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.	182.136	54.582	127.553	14.472	6.084
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.	209.072	71.908	137.164	20.373	(9.355)
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.	49.874	24.825	25.049	8.552	169
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.	83.195	41.923	41.272	10.043	(386)
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.	82.311	35.969	46.342	11.906	1.179
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.	95.678	44.558	51.320	14.590	2.087
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.	81.260	37.881	43.599	13.079	2.283
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.	79.794	34.951	44.843	13.542	3.129
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.	52.338	21.677	30.661	8.499	1.885
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.	51.247	20.613	30.634	8.236	1.436
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.	114.294	57.054	57.240	21.487	3.841
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.	150.604	66.631	83.973	27.036	5.675
	1.232.022	512.370	719.652	169.784	17.827

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do JORNAL POLO BRASIL aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br





NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

de R\$ 16.651, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (p) Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emite) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 32.748, com vencimento final para outubro de 2033. (q) Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emite) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 16.888, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (r) Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emite) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 19.163, com vencimento final para dezembro de 2033. (s) Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emite) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 9.882, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (t) Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emite) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 18.835, com vencimento final para outubro de 2033. (u) Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emite) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 9.713, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (v) Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emite) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 56.439, com vencimento final para junho de 2033. (w) Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emite) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 29.106, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (x) Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emite) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 65.286, com vencimento final para junho de 2033. (y) Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emite) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 33.675, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos e das debêntures conforme o fluxo de caixa como segue:

	Controladora	Consolidado
2026	2.895	47.842
2027 a 2029	12.270	166.435
2030 a 2032	45.346	243.190
2033 a 2035	-	60.154
Total	60.481	517.619

15.1. Movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	545.335	572.978
Pagamento de juros	(43.487)	(45.908)
Pagamento de principal	(45.504)	(38.185)
Despesas com juros	58.348	53.589
Custos de captação amortizados	2.931	2.849
Saldo final	517.619	545.335

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

15.2. Covenants (consolidado) - O Grupo contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **15.2.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES** - O Grupo possui covenants financeiros em contrato junto ao BNDES, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

15.2.2. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - Debêntures - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Grupo apurou um índice anual superior a 1,30 e todas as condições foram atendidas referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **15.3. Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

16. Patrimônio líquido - a. Capital social - O capital social integralizado é de R\$ 821.565 em 31 de dezembro de 2025 e 2024 dividido em 937.216.469 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
Atlantic Energias Renováveis S.A. ("Atlantic")	821.565	821.565
Controladora e controlador final - As ações da entidade são 100% controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil").		
b. Reserva legal - A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. c. Dividendos - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. d. Reserva de Lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. e. Lucro básico e diluído - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.		

	2024	2025
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	16.941	4.865
Ações ordinárias (básico e diluído)	937.216	937.216
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0181	0,0053

17. Receita líquida de venda de energia (consolidado)

	2024	2025
Receita bruta de venda de energia	203.178	182.009
Ressarcimento de energia (1)	(26.032)	(11.780)
(-) PIS / COFINS	(7.362)	(6.643)
Total	169.784	163.606

(1) Vide nota explicativa 14(i).

18. Gastos por natureza (consolidado)

	2025	2024
Custo de geração de energia	(103.656)	(98.700)
Despesas gerais e administrativas	(6.979)	(6.450)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(258)	(3.141)
Total	(110.893)	(108.291)
Encargos de transmissão e conexão	(12.498)	(11.981)
Compra de energia	(8.142)	(3.549)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(4.023)	(2.459)
Despesa com pessoal	(6.143)	(5.386)
Serviços de terceiros	(1.851)	(3.105)
Depreciação	(44.608)	(45.255)
Arrendamento	(2.039)	(1.910)
Manutenção	(26.656)	(29.260)
Aluguel	(430)	(1.163)
Materiais	(124)	(410)
Outras despesas administrativas	(3.618)	(3.136)
Viagens e estadias	(157)	(213)
Penalidade por insuficiência de lastro	(1)	-
Outros	(605)	(482)
Total	(110.893)	(108.291)

19. Resultado financeiro (consolidado)

	2025	2024
Juros recebidos	15	63
Juros aplicações financeiras	38.517	27.796
Outras receitas financeiras	6	-
Total das receitas financeiras	38.538	27.859

Despesas bancárias	(1.162)	(1.122)
Juros de financiamentos	(58.346)	(53.589)
Amortização do custo de captação	(2.931)	(2.849)
Juros e multa de mora	(2)	(5)
Custo da estruturação da dívida	(4.072)	(6.064)
IOF	(344)	(667)
Outras despesas financeiras	(155)	(1.666)
Total das despesas financeiras	(67.012)	(65.971)
Resultado financeiro líquido	(28.473)	(38.112)

20. Imposto de renda e contribuição social (consolidado)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2025	2024
Receita com venda de energia (*)	199.673	182.828
Outras receitas	19.553	19.998
Base de cálculo IRPJ 8% (**)	35.803	34.905
Base de cálculo CSLL 12% (**)	43.744	42.171
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	9.308	9.031
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	3.292	3.203
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.598	12.234
Taxa efetiva	15,84%	15,87%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	879	(25)

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

21. Instrumentos financeiros - O Grupo e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração do Grupo. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros. Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares às que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos, debêntures e fornecedores.

Consolidado				
	2025		2024	
Valor contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Custo amortizado (*)	Nível 2	Custo amortizado (*)	Nível 2

Ativos financeiros

Circulante

Caixa e bancos	612	-	1.008	-
Aplicações financeiras	-	252.418	-	236.546
Contas a receber de clientes	23.551	-	20.501	-

Não circulante

Aplicações financeiras vinculadas	-	57.634	-	51.334
-----------------------------------	---	--------	---	--------

Passivos financeiros

Circulante

Fornecedores	2.796	-	2.777	-
Financiamentos (nota 15)	44.978	-	40.895	-
Debêntures (nota 15)	2.865	-	4.672	-
Partes relacionadas (nota 9)	656	-	11.038	-

Não circulante

Financiamentos (nota 15)	412.162	-	443.526	-
Debêntures (nota 15)	57.616	-	58.242	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

- **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. - **Aplicações financeiras:** elaborada levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. - **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. - **Financiamentos:** referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: - **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. - **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreciação. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. - **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

22. Gerenciamento integrado de riscos (consolidado) - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitos as operações e negócios do Grupo e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos do Grupo. (i) **Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração do Grupo mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. (ii) **Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos do Grupo. Para mitigar o risco de crédito, o Grupo efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, o Grupo realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito do Grupo:

	Valor contábil	2025	2024
Aplicações financeiras	252.418	236.546	
Aplicações financeiras vinculadas	57.634	51.334	
Contas a receber de clientes	23.551	20.501	

(iii) **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de o Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob con-

dições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, o Grupo monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez do Grupo:

	Valor contábil	2025	2024
Financiamentos	457.138	484.421	
Debêntures a pagar	60.481	60.914	
Fornecedores	2.796	2.777	

(iv) **Risco de mercado** - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Grupo, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração do Grupo não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2025	2024
Ativo	252.418	236.546
Aplicações financeiras	57.634	51.334
Aplicações financeiras vinculadas	310.052	287.880

Passivo

Financiamentos	457.138	484.421
Debêntures a pagar	60.481	60.914

O Grupo efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, da TJLP e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2025

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	310.052	Redução do CDI (*)	34.648	23.099
Financiamentos	457.138	Aumento da TJLP (**)	51.826	62.194
Debêntures	60.481	Aumento do IPCA (**)	3.221	3.865

(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a. e 4,26% a.a. respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2024

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	287.880	Redução do CDI (*)	26.233	17.489
Financiamentos	484.421	Aumento da TJLP (**)	44.991	53.999
Debêntures	60.914	Aumento do IPCA (**)	3.678	4.413

(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a. e 4,83% a.a. respectivamente.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), e suas controladas, identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento e mensuração da provisão para ressarcimento** - Nota explicativa 6 (g) e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria** - A provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia elétrica é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento, tomando como base as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. A provisão de ressarcimento é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa que podem impactar relevantemente a mensuração da provisão para ressarcimento nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** - Nossos procedimentos incluíam, entre outros: - Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da provisão para ressarcimento de geração de energia elétrica contratual. - Análise dos dados utilizados na determinação da estimativa da provisão de ressarcimento de geração de energia elétrica contratual, especificamente: - Os dados da apuração da carga de energia gerada e entregue; - Os registros de ressarcimento anual e quadrienal realizados pela Companhia junto ao ONS. - Os registros de comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), visando determinar o percentual de aplicação de geração frente ao volume e montante contratado pactuado entre as partes; - As correspondências encaminhadas pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, demonstrando a quantidade de energia restringida. - Testamos a integridade e exatidão matemática dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de validação por meio do confronto dos valores reconhecidos de provisão para ressarcimento com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria, assim como, a segregação de curto e longo prazo. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração da provisão de ressarcimento de geração de energia elétrica contratual, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissi-

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do JORNAL POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

onal e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contínuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em

circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
Curitiba, 27 de Março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoniello
Contador CRC PR-052062/O

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Qiang Liu - Diretor

Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do **Jornal POLO BRASIL** aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** a Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** a Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual expira, é retirada ou cancelada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. i. **Valor recuperável de ativos (impairment):** (i) **Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. (ii) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. (iii) **Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. j. **Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

2025

2024

Caixa e bancos

Aplicações financeiras (i)

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

2025

2024

Contas a receber

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

2025

2024

Contas a receber

2.298

2.158

2.298

2.158

9. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Ativo não circulante

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)

Passivo circulante

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)

2025

2024

8.640

7.692

8.640

7.692

Passivo circulante

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)

2025

2024

1.445

1.316

1.445

1.316

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026

2025

2024

5.592

5.026

5.592

5.026</

CNPJ Nº 19.888.311/0001-67



Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Ativos financeiros a custo amortizado

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento:

Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual expira, é retirada ou cancelada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Valor recuperável de ativos (impairment):

(i) Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros: A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

J. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

2025

2024

Caixa e bancos

Aplicações financeiras (i)

45

338

1.160

415

1.205

753

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

2025

2024

Contas a receber

3.370

2.763

3.370

2.763

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Passivo não circulante

2025

2024

2.635

1.175

2.635

1.175

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)

(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10. Aplicações financeiras vinculadas

2025

2024

7.581

6.537

7.581

6.537

Aplicações financeiras vinculadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento aos covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11. Imobilizado

(i) Composição do saldo

2025

2024

Custo

Depreciação acumulada

Saldo líquido

Saldo líquido

376

(214)

163

190

227

(193)

34

61

9.768

(2.136)

7.632

7.578

219.933

(67.325)

152.607

159.870

49.186

(14.017)

35.170

36.908

1

-

1

-

279.491

(83.884)

195.607

204.607

Móveis e utensílios

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

Sistemas de transmissão e conexão

Imobilizado em andamento

(ii) Movimentação do custo

Movimentação em 2025

Saldo em 2024

Adições

Baixas

Transfe-rências

Saldo em 2025

376

-

-

-

376

227

-

-

227

9.439

329

-

-

9.768

219.295

638

-

-

219.933

49.169

17

-

-

49.186

-

1

-

-

1

278.506

985

-

-

279.491

Móveis e utensílios

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

Sistemas de transmissão e conexão

Imobilizado em andamento

Movimentação em 2024

Saldo em 2023

Adições

Baixas

Transfe-rências

Saldo em 2024

376

-

-

-

376

227

-

-

227

9.119

320

-

-

9.439

217.298

1.997

-

-

219.295

47.702

1.467

-

-

49.169

240

-

(240)

-

-

274.961

3.784

(240)

-

-

278.506

Móveis e utensílios

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

Sistemas de transmissão e conexão

Peças de manutenção

(iii) Movimentação da depreciação

Movimentação em 2025

Saldo em 2024

Adições

Baixas

Transfe-rências

Saldo em 2025

(187)

(27)

-

-

(214)

(166)

(27)

-

-

(193)

(1.860)

(275)

-

-

(2.136)

(59.425)

(7.900)

-

-

(67.325)

(12.261)

(1.755)

-

-

(14.017)

(73.899)

(9.985)

-

-

(83.884)

Móveis e utensílios

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

Sistemas de transmissão e conexão

Movimentação em 2024

Saldo em 2023

Adições

Baixas

Transfe-rências

Saldo em 2024

(180)

(27)

-

-

(187)

(104)

(62)

-

-

(166)

(1.591)

(269)

-

-

(1.860)

(51.263)

(8.162)

-

-

(59.425)

(10.535)

(1.726)

-

-

(12.261)

(63.653)

(10.246)

-

-

(73.899)

Móveis e utensílios

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

Sistemas de transmissão e conexão

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment):

A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Santa Vitória do Palmar, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 11,31% a.a. (9,75% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12. Provisões

(i) Provisão ressarcimento:

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadriennais de energia; (iii) a CCEE realiza

apurções anuais e quadriennais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Geração x

Montante Contratado

Resultados

1

Abaixo de 90%

Ressarcimento Anual à CCEE

2

Entre 90% a 100%

Ressarcimento Quadrinial

3

Entre 100% a 130%

Gera saldo positivo na apuração quadrienal

4

Acima de 130%

Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA.

A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Constituição

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Constituição

Baixa

Saldo em 31 de dezembro de 2025

2025

2024

3.218

1.881

6.802

3.005

10.020

4.886

Provisão para ressarcimento curto prazo

Provisão para ressarcimento longo prazo

(ii) Provisão para desmantelamento:

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa materialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade", o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13. Financiamentos

Operações (moeda nacional)

Indexador e taxas anuais de juros

Vencimento final

2025

2024

BNDES (a)

BRDE (b)

Custos com a captação

Passivo circulante

Passivo não circulante

(a) Em 20 de abril de 2017, foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (credor) no valor de R\$ 56.440, com vencimento final para dezembro de 2033. (b) Em 7 de abril de 2017, foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE) (credor) no valor de R\$ 29.105, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua provisão de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2026

2027 a 2029

2030 a 2032

2033 a 2035

Total

13.1. Movimentação

2025

2024

Saldo inicial

Pagamento de juros

Pagamento de principal

Despesas com juros

Custos de captação amortizados

Saldo final

61.665

65.557

(4.927)

(5.223)

(4.890)

(4.433)

6.418

5.743

22

21

58.288

61.665

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

13.2. Covenants: A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros detalhados a seguir. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

13.3. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (Informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.): A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao BNDES, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

14. Outras garantias: As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta de fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social:

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 196.102 dividido em 196.102.577 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

2025

2024

196.102

196.102

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")

Controladora e controlador final: As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil").

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do JORNAL POLO BRASIL, clique na câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



ou representações fadadas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Assim, a Administração pode não ter a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, das demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.869.512/0001-17

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto			
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)			
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.319	6.148	Lucro líquido do exercício		169	723
Contas a receber de clientes	8	1.055	984	Ajustes para:			
Despesas antecipadas		80	5	Depreciação e amortização	11	1.774	1.797
Adiantamentos a fornecedores		21	9	Juros e variações monetárias	13	2.295	2.052
Tributos e contribuições a compensar		59	-	Amortização de custos de transação	13	77	71
				Provisão para ressarcimento	12	2.162	852
				Imposto de renda e contribuição social correntes	18	561	500
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	14	1
Total do ativo circulante		8.533	7.127			7.052	5.997
Aplicações financeiras vinculadas	10	2.513	2.276	Variáveis em:			
Contas a receber de partes relacionadas	9	2.195	1.846	Contas a receber de clientes		(91)	160
Imobilizado	11	36.634	38.407	Despesas antecipadas		(75)	103
				Adiantamentos a fornecedores		(11)	(8)
				Tributos e contribuições a compensar		(59)	-
				Partes relacionadas	9	(349)	(651)
				Fornecedores		33	(11)
				Provisões	12	(947)	-
				Obrigações sociais e trabalhistas		(7)	(7)
				Obrigações fiscais		(157)	(132)
				Tributos diferidos		4	1
Total do ativo não circulante		41.341	42.529	Caixa proveniente das atividades operacionais		5.393	5.454
				Impostos pagos sobre o lucro		(388)	(367)
				Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		5.005	5.087
Total do ativo		49.874	49.656	Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Aquisição de imobilizado	11	-	(11)
				Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-	(11)
				Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
				Aplicações financeiras vinculadas		(237)	(259)
				Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(1.845)	(1.676)
				Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(1.752)	(1.861)
				Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(3.834)	(3.796)
				Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.171	1.280
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.148	4.868
				Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		7.319	6.148
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstrações de resultados				Demonstrações de resultados abrangentes			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	15	6.552	7.245	Lucro líquido do exercício		169	723
Custo da geração de energia	16	(4.090)	(4.019)	Outros resultados abrangentes		-	-
Lucro bruto		2.462	3.226	Resultado abrangente total		169	723
Despesas gerais e administrativas	16	(312)	(283)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	10	11	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		2.160	2.954	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)			
Despesas financeiras	17	(2.586)	(2.499)				
Receitas financeiras	17	1.170	789				
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(1.416)	(1.730)				
Resultado antes dos impostos		744	1.224				
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(561)	(500)				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(14)	(1)				
Lucro líquido do exercício		169	723				
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0068	0,0290				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
Notas explicativas às demonstrações financeiras							
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)							
1. Contexto operacional							
A Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A. ("SVP III" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira XI, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP III foi vencedora do Leilão de Energia							

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual expira, é retratada ou cancelada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. I. **Valor recuperável de ativos (impairment):** (i) **Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. (iii) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. (iii) **Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. J. **Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

2025

2024

Caixa e bancos

Aplicações financeiras (i)

24

10

7.295

6.138

7.319

6.148

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilizações em conta aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

2025

2024

1.055

964

1.055

964

Contas a receber

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Ativo não circulante

2025

2024

2.195

1.846

2.195

1.846

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A (a)

Passivo não circulante

2025

2024

26

-

26

-

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A (b)

(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.862 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10. Aplicações financeiras vinculadas

2025

2024

2.513

2.276

2.513

2.276

Aplicações financeiras vinculadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento aos covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11. Imobilizado

(i) Composição do saldo

2025

2024

Custo

Depreciação acumulada

Saldo líquido

Saldo líquido

53

(27)

27

37

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

5.608

(1.417)

4.191

4.351

47.195

(14.779)

32.416

34.019

52.856

(16.223)

36.633

36.407

(ii) Movimentação do custo

Saldo em 2024

Adições

Baixas

Transferências

Saldo em 2025

53

-

-

-

53

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

5.608

-

-

-

5.608

47.195

-

-

47.195

52.856

-

-

-

52.856

Movimentação em 2024

Saldo em 2023

Adições

Baixas

Transferências

Saldo em 2024

53

-

-

-

53

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

5.608

-

-

-

5.608

47.185

11

-

47.195

52.846

11

-

-

52.856

(iii) Movimentação da depreciação

Saldo em 2024

Adições

Baixas

Transferências

Saldo em 2025

(16)

(11)

-

-

(27)

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

(1.257)

(161)

-

-

(1.417)

(13.176)

(1.603)

-

(14.779)

(14.449)

(1.774)

-

-

(16.223)

Movimentação em 2024

Saldo em 2023

Adições

Baixas

Transferências

Saldo em 2024

(1)

(15)

-

-

(16)

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

(1.096)

(161)

-

-

(1.257)

(11.555)

(1.622)

-

(13.176)

(12.652)

(1.749)

-

-

(14.449)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment):

A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Santa Vitória do Palmar, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 11,31% a.a. (9,75% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12. Provisões

(i) Provisão ressarcimento:

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários

Geração x Montante Contratado

Resultados

1

Abaixo de 90%

Ressarcimento Anual a CCEE

2

Entre 90% a 100%

Ressarcimento Quadrinial

3

Entre 100% a 130%

Gera saldo positivo na apuração quadrienal

4

Acima de 130%

Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 827 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Constituição

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Constituição

Baixa

Saldo em 31 de dezembro de 2025

1.685

852

2.537

2.162

(847)

3.752

2025

2024

708

1.011

3.043

1.526

3.752

2.537

Provisão para ressarcimento curto prazo

Provisão para ressarcimento longo prazo

(ii) Provisão para desmantelamento:

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa materialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade", o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. (iii) **Provisão para contingências:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13. Financiamentos

Operações (moeda nacional)

Indexador e taxas anuais de juros

Vencimento final

2025

2024

BNDES (a)

BRDE (b)

Custos com a captação

TJLP + 2,02%

TJLP + 3,40%

15/10/2033

15/10/2033

14.405

15.317

6.831

7.222

(553)

(631)

20.683

21.909

Passivo circulante

Passivo não circulante

(a) Em 20 de abril de 2017, foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (credor) no valor de R\$ 22.084, com vencimento final para outubro de 2033. (b) Em 7 de abril de 2017, foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE) (credor) no valor de R\$ 9.645, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2026

2027 a 2029

2030 a 2032

2033 a 2035

Total

2.034

1.847

18.649

20.061

20.683

13.1. Movimentação

Saldo inicial

2025

2024

21.909

23.324

Pagamento de juros

Pagamento de principal

Despesas com juros

Custos de captação amortizados

Saldo final

(1.752)

(1.981)

(1.845)

(1.676)

2.295

2.052

77

71

20.683

21.909

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. **13.2. Covenants:** A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.):** A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao BNDES, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3. Outras garantias:** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta de fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social:

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 24.966, dividido em 24.966.341 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

2025

2024

24.966

24.966

Acionistas

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")

Controladora e controlador final: As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil"). **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

2025

2024

169

723

(61)

-

108

-

5

-

Lucro líquido do exercício

Absorção do prejuízo

Lucro líquido ajustado

Constituição de reserva legal - 5%

<

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Valor recuperável de ativos ("impairment"): (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou, • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. (ii) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) **Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. j. **Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	32	68
Aplicações financeiras (i)	10.462	10.068
	10.494	10.136

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	1.762	1.576
	1.762	1.576

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Ativo não circulante

	2025	2024
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A (a)	3.765	3.069
	3.765	3.069

Passivo circulante

	2025	2024
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)	144	144
	144	144

(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.862 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10. Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	3.984	3.743
	3.984	3.743

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento aos covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11. Imobilizado

(i) Composição do saldo

(h) Composição do saldo	2025		2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Equipamentos de informática	53	(27)	27	37
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.364	(2.277)	7.087	7.355
Sistema de geração	79.658	(23.883)	55.775	58.474
	89.076	(26.187)	62.889	65.867

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2025				Saldo em 2025
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	53	-	-	-	53
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.364	-	-	-	9.364
Sistema de geração	79.658	-	-	-	79.658
	89.076	-	-	-	89.076

	Movimentação em 2024				Saldo em 2024
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	53	-	-	-	53
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.364	-	-	-	9.364
Sistema de geração	79.577	81	-	-	79.658
	88.995	81	-	-	89.076

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2025				Saldo em 2025
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	(16)	(11)	-	-	(27)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(2.009)	(268)	-	-	(2.277)
Sistema de geração	(21.184)	(2.699)	-	-	(23.883)
	(23.209)	(2.978)	-	-	(26.187)

	Movimentação em 2024				Saldo em 2024
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	(1)	(15)	-	-	(16)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.740)	(269)	-	-	(2.009)
Sistema de geração	(18.455)	(2.729)	-	-	(21.184)
	(20.196)	(3.013)	-	-	(23.209)

a. **Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment):** A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Santa Vitória do Palmar, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 11,31% a.a. (9,75% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12. Provisões

(i) **Provisão ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Gerção x	Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual à CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 827 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA.

A composição do saldo de provisões é como segue:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.007	2.342
Constituição	5.349	4.585
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3.274)	6.660
Constituição	6.660	5.349
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2025	2024
Provisão para ressarcimento curto prazo	2.133	3.156
Provisão para ressarcimento longo prazo	4.527	2.193
	6.660	5.349

(ii) **Provisão para desmantelamento:** Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa materialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. (iii) **Provisão para contingências:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13. Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2025	2024
BNDES (a)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	22.805	24.234
BRDE (b)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	12.052	12.713
Custos com a captação			(147)	(167)
			34.710	36.781
Passivo circulante			3.325	3.021
Passivo não circulante			31.385	33.760

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (creditor) no valor de R\$ 32.550, com vencimento final para dezembro de 2033. (b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (creditor) no valor de R\$ 16.786, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua provisão de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2025	2024
2026	3.325	11.358
2027 a 2029	11.358	14.522
2030 a 2032	14.522	5.506
2033 a 2035	5.506	34.710
Total	34.710	36.781

13.1. Movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	36.781	39.036
Pagamento de juros	(2.934)	(3.110)
Pagamento de principal	(2.918)	(2.646)
Despesas com juros	3.761	3.482
Custos de captação amortizados	20	19
Saldo final	34.710	36.781

13.2. Covenants: A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.): A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao BNDES, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3. Outras garantias:** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

14. Patrimônio líquido

a. **Capital social:** O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 38.053, dividido em 38.053.448 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
Acionistas	38.053	38.053
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")	38.053	38.053

Controladora e controlador final: As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil"). b. **Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(386)	606
Constituição de reserva legal - 5%	-	30

c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(386)	606
Constituição de reserva legal - 5%	-	(30)
	-	576

	2025	2024
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	-	(144)
Lucros retidos	-	431

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do JORNAL POLO BRASIL aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.									
CNPJ Nº 19.868.433/0001-91									
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)									
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024		
Ativo				Passivo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.578	10.799	Fornecedores		203	166		
Contas a receber de clientes	8	1.523	1.428	Provisões	13	96	1.724		
Despesas antecipadas		134	9	Financiamentos	14	3.276	2.974		
Adiantamentos a fornecedores	18	7	7	Obrigações sociais e trabalhistas		33	44		
Tributos e contribuições a compensar		90	-	Obrigações fiscais		107	65		
				Imposto de renda e contribuição social a pagar		107	147		
Total do ativo circulante		12.343	12.243	Dividendos a pagar	9	280	420		
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.989	3.653	Adiantamento de clientes		82	82		
Contas a receber de partes relacionadas	9	3.765	3.070	Passivo de arrendamento mercantil	12	3	3		
Imobilizado	11	61.921	64.836	Total do passivo circulante		4.186	5.625		
Ativo de direito de uso	12	292	303	Provisões	13	1.043	99		
				Financiamentos	14	30.236	32.496		
Total do ativo não circulante		69.968	71.862	Tributos diferidos		157	91		
				Passivo de arrendamento mercantil		347	350		
Total do ativo		82.311	84.105	Total do passivo não circulante		31.783	33.036		
				Capital social		41.639	41.639		
				Reserva legal		295	236		
				Reserva de lucros		4.209	3.369		
				Total do patrimônio líquido	15	46.342	45.444		
				Total do passivo e patrimônio líquido		82.311	84.105		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Demonstrações de resultados									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)									
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024		
Receita líquida de venda de energia	16	11.906	12.165	Lucro líquido do exercício		1.179	1.767		
Custo da geração de energia	17	(6.870)	(6.395)	Outros resultados abrangentes		-	-		
Lucro bruto		5.036	5.770	Resultado abrangente total		1.179	1.767		
Despesas gerais e administrativas	17	(492)	(442)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	20	22	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		4.563	5.350	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)					
Despesas financeiras	18	(4.229)	(4.133)						
Receitas financeiras	18	1.847	1.396						
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(2.382)	(2.737)						
Resultado antes dos impostos		2.182	2.613						
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(942)	(850)						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(61)	4						
Lucro líquido do exercício		1.179	1.767						
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0282	0,0422						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Notas explicativas das demonstrações financeiras									
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)									
1. Contexto operacional									
A Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A. ("SVP" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo - SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira XIII, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP V foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e									
2. Base de preparação									
Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.									
3. Moeda funcional e moeda de apresentação									
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.									
4. Uso de estimativas críticas e julgamentos									
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são, ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 11 - Imobilizado (Impairment do ativo imobilizado); • Nota explicativa 13 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).									
5. Base de mensuração									
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.									
6. Resumo das políticas contábeis materiais									
A Companhia aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. a. Reconhecimento da receita de vendas: A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato;									
Companhia									
	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MW]	Garantia Física solicitada alteração [MW]	Garantia Física outorgada [MW]
Santa Vitória do Palmar V	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	334	15/07/2014	15/07/2049	6,0	7,4	7,4
7. Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados									
Classe de imobilizado									
Equipamentos de informática									
Edificações, obras civis e benfeitorias									
Sistema de geração									
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. e. Arrendamentos: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). (i) Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em									
Taxa anual de depreciação									
20%									
3%									
3%									

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)									
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024		
Lucro líquido do exercício		1.179	1.767	Lucro líquido do exercício		1.179	1.767		
Ajustes para:				Ajustes para:					
Depreciação e amortização	11	2.926	2.956	Depreciação e amortização	11	2.926	2.956		
Juros e variações monetárias	14	3.781	3.390	Juros e variações monetárias	14	3.781	3.390		
Juros de arrendamentos	12	30	30	Juros de arrendamentos	12	30	30		
Amortização de custos de transação	14	127	117	Amortização de custos de transação	14	127	117		
Provisão para ressarcimento	13	1.509	36	Provisão para ressarcimento	13	1.509	36		
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	942	850	Imposto de renda e contribuição social correntes	19	942	850		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	61	(4)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	61	(4)		
		10.555	9.142			10.555	9.142		
Variações em:				Variações em:					
Contas a receber de clientes		(95)	391	Contas a receber de clientes		(95)	391		
Despesas antecipadas		(125)	172	Despesas antecipadas		(125)	172		
Adiantamentos a fornecedores		(11)	(1)	Adiantamentos a fornecedores		(11)	(1)		
Tributos e contribuições a compensar		(90)	-	Tributos e contribuições a compensar		(90)	-		
Partes relacionadas	9	(686)	(1.084)	Partes relacionadas	9	(686)	(1.084)		
Fornecedores		38	(78)	Fornecedores		38	(78)		
Provisões	13	(2.194)	-	Provisões	13	(2.194)	-		
Obrigações sociais e trabalhistas		(11)	(11)	Obrigações sociais e trabalhistas		(11)	(11)		
Obrigações fiscais		(279)	(247)	Obrigações fiscais		(279)	(247)		
Tributos diferidos		5	(5)	Tributos diferidos		5	(5)		
Caixa proveniente das atividades operacionais		7.096	8.269	Caixa proveniente das atividades operacionais		7.096	8.269		
Impostos pagos sobre o lucro		(861)	(606)	Impostos pagos sobre o lucro		(861)	(606)		
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		6.435	7.663	Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		6.435	7.663		
Fluxo de caixa das atividades de investimento				Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	11	-	(11)	Aquisição de imobilizado	11	-	(11)		
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-	(11)	Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-	(11)		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aplicações financeiras vinculadas		(337)	(400)	Aplicações financeiras vinculadas		(337)	(400)		
Dividendos pagos	9	(420)	(400)	Dividendos pagos	9	(420)	(400)		
Arrendamentos	12	(33)	(33)	Arrendamentos	12	(33)	(33)		
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(2.965)	(2.688)	Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(2.965)	(2.688)		
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(2.902)	(3.083)	Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(2.902)	(3.083)		
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(6.656)	(6.604)	Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(6.656)	(6.604)		
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(221)	1.048	(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(221)	1.048		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.799	9.751	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.799	9.751		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		10.578	10.799	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		10.578	10.799		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									

seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo de direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, o CPC 06 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. **f. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento:** Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. **g. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em

CNPJ Nº 19.944.650/0001-13

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)							Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto			
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)		
Ativo				Passivo				Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	13.681	12.776	Fornecedores		227	177			
Contas a receber de clientes	8	2.105	1.868	Provisões	12	214	2.187			
Despesas antecipadas		160	11	Financiamentos	13	3.913	3.551			
Adiantamentos a fornecedores		12	1	Obrigações sociais e trabalhistas		40	53			
Tributos e contribuições a compensar		108	-	Obrigações fiscais		138	88			
				Imposto de renda e contribuição social a pagar		144	181			
				Adiantamento de clientes		53	53			
				Dividendos a pagar	9	496	682			
Total do ativo circulante		16.067	14.656	Total do passivo circulante		5.224	6.972			
Aplicações financeiras vinculadas	10	4.834	4.454	Provisões	12	2.978	945			
Contas a receber de partes relacionadas	9	4.518	3.684	Financiamentos	13	36.144	38.838			
Imobilizado	11	70.459	73.810	Tributos diferidos		212	119			
				Total do passivo não circulante		39.334	39.903			
Total do ativo não circulante		79.811	81.947	Capital social		45.054	45.054			
				Reserva legal		411	307			
				Reserva de lucros		5.855	4.368			
				Total do patrimônio líquido	14	51.320	49.728			
Total do ativo		95.878	96.603	Total do passivo e patrimônio líquido		95.878	96.603			

Lucro líquido do exercício			
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	3.350	3.385
Juros e variações monetárias	13	4.531	4.062
Amortização de custos de transação	13	168	155
Provisão para ressarcimento	12	2.807	610
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.159	1.034
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	82	-
		14.185	12.118
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(237)	347
Despesas antecipadas		(150)	206
Adiantamentos a fornecedores		(11)	(1)
Tributos e contribuições a compensar		(108)	-
Partes relacionadas	9	(834)	(1.312)
Fornecedores		49	(61)
Provisões	12	(2.747)	-
Obrigações sociais e trabalhistas		(14)	(13)

Demonstrações de resultados										Demonstrações de resultados abrangentes			Demonstrações de resultados abrangentes		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)										Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)					
	Nota	2025	2024		2025	2024		2025	2024		2025	2024			
Receita líquida de venda de energia	15	14.560	15.161	Lucro líquido do exercício	2.087	2.872	Ongações fiscais				(329)	(273)			
Custo da geração de energia	16	(7.917)	(7.455)	Outros resultados abrangentes	-	-	Tributos diferidos				10	-			
Lucro bruto		6.643	7.706	Resultado abrangente total	2.087	2.872	Caixa proveniente das atividades operacionais				9.814	11.010			
Despesas gerais e administrativas	16	(581)	(517)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			Impostos pagos sobre o lucro				(817)	(743)			
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	25	27				Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais				8.997	10.267			
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		6.087	7.216				Fluxo de caixa das atividades de investimento								
Despesas financeiras	17	(5.031)	(4.915)				Aquisição de imobilizado	11			(0)	(11)			
Receitas financeiras	17	2.273	1.605				Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento				(0)	(11)			
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(2.758)	(3.309)				Fluxos de caixa das atividades de financiamento								
Resultado antes dos impostos		3.329	3.906				Aplicações financeiras vinculadas				(379)	(521)			
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.159)	(1.034)				Dividendos pagos	9			(682)	(550)			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(82)	-				Pagamento de principal sobre financiamentos	13			(3.554)	(3.222)			
Lucro líquido do exercício		2.087	2.872				Pagamento de juros sobre financiamentos	13			(3.477)	(3.684)			
							Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento				(8.093)	(7.987)			
							Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa				905	2.269			
							Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				12.776	10.507			
							Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício				13.681	12.776			
							As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								

Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	0,0463	0,0638
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		
Notas explicativas das demonstrações financeiras		
<i>(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>		
1. Contexto operacional		
A Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. ("SPV VI" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima		

de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira XV, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP VI foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em março de 2017 com a produção anual estimada de 7,9 MWhm (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.					Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo das disposições de financiamento inicialmente mensurado ao				
Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWhm]	Garantia Física solicitada alteração [MW]	Garantia Física outorgada [MWhm]
Santa Vitória do Palmar VI	18	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	335	15/07/2014	15/07/2049	7.9	8.9	8.9

2. Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Imposto de renda e contribuição social: i) Impostos e contribuições sobre as receitas:** As receitas de vendas estão operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo através do Resultado Abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo através do Resultado Abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor Justo através do Resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 11** - Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado); • **Nota explicativa 12** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

Sujeitos ao PIS e COFINS, pelas aliquotas vigentes de 0,65% e 0,3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. **(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:** Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Um ativo imobilizado é reconhecido e mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, menos o valor de depreciação, amortização e redução de valor.

caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento **não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos** da Companhia.

Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento

A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de geração para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o

Ambiente de Contratação Livre (ACL).
A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de risco, de juros, alinhado ao seu balanço patrimonial, cujo

Resumo das políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Reconhecimento da receita de vendas:** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A de vendas operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocção do valor do contrato entre as partes da transação, considerando a natureza dos bens ou serviços e a condição de mercado para esses bens ou serviços; e (v) reconhecimento da receita no local e condição necessários para esses serem capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação:** A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui	<i>Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados</i> <table><tr><th>Classe de imobilizado</th><th>Taxa anual de depreciação</th></tr><tr><td>Equipamentos de informática</td><td>20%</td></tr><tr><td>Edificações, obras civis e benfeitorias</td><td>2%</td></tr><tr><td>Sistema de geração</td><td>3%</td></tr></table> Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisitos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. e. Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Ressarcimento: Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. f. Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas	Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação	Equipamentos de informática	20%	Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	Sistema de geração	3%	o fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratada, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e, • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.
Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação									
Equipamentos de informática	20%									
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%									
Sistema de geração	3%									



Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. i. **Valor recuperável de ativos ("impairment"):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. (ii) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. (iii) **Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. j. **Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

2025

2024

Caixa e bancos

43

165

Aplicações financeiras (i)

13.638

12.611

13.681

12.776

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

2025

2024

Contas a receber

2.105

1.868

2.105

1.868

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

3

<

as circunstâncias, manôem com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



<

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento:

Ativos financeiros:

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros:

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação:

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Valor recuperável de ativos ("impairment"):

(i) Ativos financeiros não-derivativos:

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

Inadimplência ou atrasos do devedor;

Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros:

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;

As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

Outras Normas Contábeis:

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40);

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	104	17
Aplicações financeiras (i)	7.998	8.019
	8.102	8.037

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	1.810	1.464
	1.810	1.464

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

9. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Ativo não circulante

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)	3.762	3.069
	3.762	3.069

Passivo circulante

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)	542	346
	542	346

(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10. Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	3.743	3.630
	3.743	3.630

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento aos covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11. Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2025	2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Equipamentos de informática	20	(9)	11	15
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.079	(2.426)	7.652	7.941
Sistema de geração	79.496	(23.528)	55.968	58.660
	89.595	(25.964)	63.630	66.615

(ii) Movimentação do custo

Movimentação em 2025					
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	20	-	-	-	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.079	-	-	-	10.079
Sistema de geração	79.496	-	-	-	79.496
	89.595	-	-	-	89.595
Movimentação em 2024					
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	20	-	-	-	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.079	-	-	-	10.079
Sistema de geração	79.485	11	-	-	79.496
	89.584	11	-	-	89.595

(iii) Movimentação da depreciação

Movimentação em 2025					
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	(5)	(4)	-	-	(9)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(2.138)	(289)	-	-	(2.426)
Sistema de geração	(20.836)	(2.692)	-	-	(23.528)
	(22.979)	(2.985)	-	-	(25.964)
Movimentação em 2024					
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	(1)	(4)	-	-	(5)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.848)	(289)	-	-	(2.138)
Sistema de geração	(18.115)	(2.732)	-	-	(20.836)
	(19.964)	(3.015)	-	-	(22.979)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment):

A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Santa Vitória do Palmar, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 11,31% a.a. (9,75% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12. Provisões

(i) Provisão ressarcimento:

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

	Geração x	Resultados
Cenários	Montante Contratado	
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrinial
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

13. Financiamentos

Operações (moeda nacional)

Indexador e taxas anuais de juros

Vencimento final

	2025	2024		
BNDES (a)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	22.720	24.083
BRDE (b)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	12.036	12.696
Custos com a captação			(27)	(30)
			34.729	36.748
Passivo circulante			3.330	3.041
Passivo não circulante			31.399	33.707

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emite) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 32.288, com vencimento final para dezembro de 2033. (b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emite) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 16.651, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2026	3.330
2027 a 2029	11.370
2030 a 2032	14.525
2033 a 2035	5.504
Total	34.729

13.1. Movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	36.748	39.073
Pagamento de juros	(2.925)	(3.101)
Pagamento de principal	(2.810)	(2.638)
Despesas com juros	3.812	3.410
Custos de captação amortizados	4	3
Saldo final	34.729	36.748

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

13.2. Covenants:

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar o vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

13.2.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.):

A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao BNDES, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

13.3. Outras garantias:

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social:

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 40.239, dividido em 40.239.258 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
Acionistas	40.239	40.239

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")

Controladora e controlador final:

As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil").

b. Reserva legal:

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.283	1.457
Constituição de reserva legal - 5%	114	73
c. Dividendos:		

Os acionistas têm direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.283	1.457
Constituição de reserva legal - 5%	(114)	(73)
	2.169	1.384
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(542)	(346)
Lucros retidos	1.627	1.038

CNPJ Nº 19.941.770/0001-67

Demonstrações de resultados				Demonstrações de resultados abrangentes				Obrigações fiscais			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)				Tributos diferidos			
	Nota	2025	2024			2025	2024				
Receita líquida de venda de energia	15	13.542	12.212	Lucro líquido do exercício		3.129	2.013	Caixa proveniente das atividades operacionais		8.522	8.333
Custo da geração de energia	16	(6.695)	(6.246)	Outros resultados abrangentes		-	-	Impostos pagos sobre o lucro		(895)	(815)
Receitas (despesas) operacionais		6.847	5.965	Resultado abrangente total		3.129	2.013	Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		7.626	7.718
Despesas gerais e administrativas	16	(491)	(444)					Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	20	22					Aquisição de imobilizado	11	-	(11)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		6.376	5.543					Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-	(11)
Despesas financeiras	17	(4.190)	(4.094)					Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Receitas financeiras	17	1.992	1.421					Aplicações financeiras vinculadas			(456)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(2.197)	(2.672)					Dividendos pagos	9	(478)	(372)
Resultado antes dos impostos		4.178	2.870					Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(2.957)	(2.681)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(980)	(862)					Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(2.894)	(3.074)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(89)	5					Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(6.785)	(6.520)
Lucro líquido do exercício		3.129	2.013					Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.041	1.188
								Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		11.222	10.034
								Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		12.263	11.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MW]	Garantia Física outorgada [MWm]
Santa Vitória do Palmar VIII	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	343	18/07/2014	18/07/2049	6,0	7,5	7,5

2. Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre iliquidez, evidenciadas na aplicação das políticas contábeis adotadas, são baseadas em informações disponíveis no momento da elaboração das demonstrações financeiras.

contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, o ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo através do Resultado Abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo através do Resultado Abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor Justo através do Resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.

Mantido para recebimento e venda A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

Mantido para negociação A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para

renda advinda do curso normal das atividades da Companhia e não pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. (ii) **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) **Depreciação:** A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	3%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. e, **Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento: Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. f. **Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI: A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor do maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passavam na avaliação do SPPI.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



Para acessar a página de Publicações Legais no portal do **Jornal POLO BRASIL** aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento: • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Valor recuperável de ativos ("impairment"): (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. (ii) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros: A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

2025

2024

Caixa e bancos

12.226

11.211

Aplicações financeiras (i)

12.263

11.222

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

2025

2024

Contas a receber

1.564

1.436

1.564

1.436

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Ativo não circulante

2025

2024

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)

3.786

3.069

3.786

3.069

Passivo circulante

2025

2024

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)

743

478

743

478

(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazos definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10. Aplicações financeiras vinculadas

2025

2024

Aplicações financeiras vinculadas

4.106

3.650

4.106

3.650

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento aos covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11. Imobilizado

(i) Composição do saldo

2025

2024

Custo

Depreciação acumulada

Saldo líquido

Saldo líquido

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

20

10.616

72.399

(9)

(2.683)

(22.488)

11

7.933

49.911

15

8.237

52.359

83.035

(25.180)

57.854

60.610

(ii) Movimentação do custo

Movimentação em 2025

Saldo em 2024

Adições

Baixas

Transferências

Saldo em 2025

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

20

10.616

72.399

-

-

-

-

-

-

20

10.616

72.399

83.035

-

-

83.035

Movimentação em 2024

Saldo em 2023

Adições

Baixas

Transferências

Saldo em 2024

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

20

10.616

72.388

-

-

11

-

-

-

20

10.616

72.399

83.024

11

-

83.035

(iii) Movimentação da depreciação

Movimentação em 2025

Saldo em 2024

Adições

Baixas

Transferências

Saldo em 2025

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

(5)

(2.379)

(20.040)

(4)

(304)

(2.448)

-

-

-

(9)

(2.683)

(22.488)

(22.424)

(2.756)

-

(22.424)

Movimentação em 2024

Saldo em 2023

Adições

Baixas

Transferências

Saldo em 2024

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

(1)

(2.074)

(17.564)

(4)

(305)

(2.476)

-

-

-

(5)

(2.379)

(20.040)

(19.640)

(2.784)

-

(22.424)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment):

A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Santa Vitória do Palmar, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 11,31% a.a. (9,75% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12. Provisões

(i) Provisão ressarcimento:

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Geração x

Cenários

Montante Contratado

Resultados

1

2

3

4

Abaixo de 90%

Entre 90% a 100%

Entre 100% a 130%

Acima de 130%

Ressarcimento Anual à CCEE

Ressarcimento Quadrinial

Gera saldo positivo na apuração quadrienal

Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Constituição

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Constituição

Baixa

Saldo em 31 de dezembro de 2025

1.088

15

1.104

142

(1.116)

130

2025

2024

Provisão para ressarcimento curto prazo

Provisão para ressarcimento longo prazo

70

60

1.061

43

130

1.104

(ii) Provisão para desmantelamento:

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa materialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade", o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências:

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13. Financiamentos

Operações (moeda nacional)

Indexador e taxas anuais de juros

Vencimento final

2025

2024

BNDES (a)

TJLP + 2,02%

15/10/2033

22.412

23.610

BRDE (b)

TJLP + 3,40%

15/10/2033

11.919

12.602

Custos com a captação

(922)

(1.051)

33.409

35.361

Passivo circulante

3.266

2.967

Passivo não circulante

30.143

32.394

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 32.748, com vencimento final para outubro de 2033. (b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 16.888, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2026

2027 a 2029

2030 a 2032

2033 a 2035

Total

3.266

11.209

14.417

4.517

33.409

13.1. Movimentação

2025

2024

Saldo inicial

Pagamento de juros

Pagamento de principal

Despesas com juros

Custos de captação amortizados

Saldo final

35.361

(2.894)

(2.957)

3.770

129

33.409

37.617

(3.074)

(2.681)

3.380

119

35.361

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

13.2. Covenants:

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

13.2.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.):

A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao BNDES, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

13.3. Outras garantias:

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social:

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 37.735, dividido em 37.735.007 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

2025

2024

Acionistas

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")

Controladora e controlador final:

As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil").

b. Reserva legal:

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

37.735

37.735

Lucro líquido do exercício

Constituição de reserva legal - 5%

c. Dividendos:

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

3.129

156

2.972

(743)

2.229

2.013

101

1.912

(478)

1.434



Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.									
CNPJ Nº 19.891.491/0001-36									
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)									
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024		
Ativo				Passivo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.122	4.852	Fornecedores		130	102		
Contas a receber de clientes	8	1.132	829	Provisões	12	68	1.316		
Despesas antecipadas		80	5	Financiamentos	13	1.976	1.801		
Adiantamentos a fornecedores		13	2	Obrigações sociais e trabalhistas		20	27		
Tributos e contribuições a compensar		81	33	Obrigações fiscais		75	35		
				Imposto de renda e contribuição social a pagar		74	75		
Total do ativo circulante		6.428	5.721	Adiantamento de clientes		60	60		
Aplicações financeiras vinculadas	10	2.315	2.162	Dividendos a pagar	9	448	203		
				Total do passivo circulante		2.850	3.618		
Contas a receber de partes relacionadas	9	2.280	1.839	Provisões	12	93	66		
Imobilizado	11	41.314	43.242	Financiamentos	13	18.631	20.004		
				Tributos diferidos		103	52		
Total do ativo não circulante		45.910	47.243	Total do passivo não circulante		18.827	20.122		
				Capital social		28.243	28.243		
Total do ativo		52.338	52.964	Reserva legal		159	64		
				Reserva de lucros		2.260	917		
				Total do patrimônio líquido	14	30.661	29.224		
				Total do passivo e patrimônio líquido		52.338	52.964		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Demonstrações de resultados									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)									
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024		
Receita líquida de venda de energia	15	8.499	7.519	Lucro líquido do exercício		1.885	856		
Custo da geração de energia	16	(4.259)	(4.205)	Outros resultados abrangentes		-	-		
Receitas (despesas) operacionais		4.240	3.313	Resultado abrangente total		1.885	856		
Despesas gerais e administrativas	16	(298)	(279)						
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	10	12	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		3.951	3.046	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
Despesas financeiras	17	(2.474)	(2.411)	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)					
Receitas financeiras	17	919	674		Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(1.555)	(1.737)	Saldos em 31 de dezembro de 2023		28.243	22	307	-
Resultado antes dos impostos		2.396	1.309	Lucro líquido do exercício		-	-	-	856
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(471)	(456)	Constituição da reserva legal	14b.	-	43	-	(43)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(40)	3	Dividendos mínimo obrigatório	14c.	-	-	-	(203)
Lucro líquido do exercício		1.885	856	Retenção de lucros	14d.	-	-	610	(610)
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0667	0,0303	Saldos em 31 de dezembro de 2024		28.243	64	917	29.224
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Notas explicativas das demonstrações financeiras									
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)									
1. Contexto operacional									
A Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. ("SVP IX" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mirim VI, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP IX foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em julho de 2017 com a produção anual estimada de 3,4 MWh (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.									
2. Base de preparação									
Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.									
3. Moeda funcional e moeda de apresentação									
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.									
4. Uso de estimativas críticas e julgamentos									
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 11 - Imobilizado (Impairment do ativo imobilizado); • Nota explicativa 12 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).									
5. Base de mensuração									
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.									
6. Resumo das políticas contábeis materiais									
O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. a. Reconhecimento da receita de vendas: A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico									
7. Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados									
Taxa anual de depreciação									
Equipamentos de informática									
Edificações, obras civis e benfeitorias									
Sistema de geração									
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. e. Provisões									
As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Ressarcimento: Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. f. Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido									
8. Garantia Física									
Garantia Física Comercializada									
Garantia Física solicitada alteração									
Garantia Física outorgada									
Início da Outorga									
Fim da Outorga									
Companhia									
Potência [MW]									
Leilão									
Modelo Aero									
Outorga									
Santa Vitória do Palmar IX									
9									
A-5 2013									
AW3000-3MW-HH120m									
362									
23/07/2014									
27/07/2049									
3,4									
4,4									
4,4									

Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: <https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicId=e2fb9de7-6551-490f-bff0-e05fed69d21>

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do JORNAL POLO BRASIL, clique na câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. i. **Valor recuperável de ativos ("impairment"):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Idados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. (ii) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. (iii) **Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. j. **Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e bancos

Aplicações financeiras (i)

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

2025

2024

31

10

5.091

4.842

5.122

4.852

Contas a receber

2025

2024

1.132

829

1.132

829

3

4

1

2

3

4

Abaixo de 90%

Entre 90% a 100%

Entre 100% a 130%

Acima de 130%

Ressarcimento Anual a CCEE

Ressarcimento Quadrinial

Gera saldo positivo na apuração quadrinial

Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

2025

2024

1.885

856

94

43

2025

2024

2.280

1.839

2.280

1.839

2025

2024

448

203

448

203

3

4

1

2

3

4

Abaixo de 90%

Entre 90% a 100%

Entre 100% a 130%

Acima de 130%

Ressarcimento Anual a CCEE

Ressarcimento Quadrinial

Gera saldo positivo na apuração quadrinial

Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

2025

2024

1.885

856

94

43

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

2.315

2.162

2025

2024

2.315

2.162

para a Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a, não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



<

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual expira, é retirada ou cancelada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos (impairment):** (i) **Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. (ii) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. (iii) **Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	37	16
Aplicações financeiras (i)	2.930	2.383
	2.967	2.399

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	1.166	816
	1.166	816

As contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Ativo não circulante

	2025	2024
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)	2.294	1.838
	2.294	1.838

(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10. Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	2.400	2.132
	2.400	2.132

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento aos covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentados somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11. Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2025	2024
	Depreciação acumulada	Saldo líquido
	Custo	Saldo líquido
Equipamentos de informática	20	11
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.823	4.422
Sistema de geração	53.809	37.855
	59.652	42.288

(ii) Movimentação do custo

	2025	2024
	Movimentação em 2025	Movimentação em 2024
	Saldo em 2024	Saldo em 2023
	Adições	Adições
	Baixas	Baixas
	Transfe- rências	Transfe- rências
Equipamentos de informática	20	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.823	5.823
Sistema de geração	53.809	53.809
	59.652	59.652
	Movimentação em 2024	Movimentação em 2023
	Saldo em 2023	Saldo em 2022
	Adições	Adições
	Baixas	Baixas
	Transfe- rências	Transfe- rências
Equipamentos de informática	20	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.823	5.823
Sistema de geração	53.722	53.809
	59.565	59.652

(iii) Movimentação da depreciação

	2025	2024
	Movimentação em 2025	Movimentação em 2024
	Saldo em 2024	Saldo em 2023
	Adições	Adições
	Baixas	Baixas
	Transfe- rências	Transfe- rências
Equipamentos de informática	(5)	(9)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.235)	(1.401)
Sistema de geração	(14.134)	(15.954)
	(15.374)	(17.364)
	Movimentação em 2024	Movimentação em 2023
	Saldo em 2023	Saldo em 2022
	Adições	Adições
	Baixas	Baixas
	Transfe- rências	Transfe- rências
Equipamentos de informática	(1)	(5)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.068)	(1.235)
Sistema de geração	(12.293)	(14.134)
	(13.363)	(15.374)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment): A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Santa Vitória do Palmar, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 11,31% a.a. (9,75% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi constituída.

12. Provisões

(i) **Provisão ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadriennais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadriennais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Canais	Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrinial
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269,

sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	854	88
Constituição	-	942
Saldo em 31 de dezembro de 2024	942	508
Constituição	-	(1.056)
Baixa	-	393
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2025	2024
Provisão para ressarcimento curto prazo	42	691
Provisão para ressarcimento longo prazo	351	251
	393	942

(ii) **Provisão para desmantelamento:** Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa materialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. (iii) **Provisão para contingências:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13. Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento	2025	2024
BNDES (a)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	12.903	13.708
BRDE (b)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	6.902	7.296
Custos com a captação	-	-	(23)	(26)
	-	-	19.782	20.978

Passivo circulante 1.950 1.779
Passivo não circulante 17.832 19.199

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 18.835, com vencimento final para outubro de 2033. (b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 9.713, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2025	2024
2026	1.950	1.950
2027 a 2029	6.663	6.663
2030 a 2032	8.514	8.514
2033 a 2035	2.655	2.655
Total	19.782	20.978

13.1. Movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	20.978	22.345
Pagamento de juros	(1.670)	(1.773)
Pagamento de principal	(1.706)	(1.546)
Despesas com juros	2.175	1.950
Custos de captação amortizados	3	3
Saldo final	19.782	20.978

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. **13.2. Covenants:** A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros detalhados a seguir. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.3.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.):** A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao BNDES, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3. Outras garantias:** As garantias referem-se a: Garantia fiduciária do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta de fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 31.154 dividido em 31.154.280 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
Acionistas	31.154	31.154
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")	-	-
Controladora e controlador final: As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil").	-	-
b. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.	-	-

c. Dividendos: Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/78.

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.436	(2.504)
Constituição de reserva legal - 5%	-	-
Absorção da reserva legal	-	(36)

d. Reserva de lucros: A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Lucro básico e diluído: Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	1.436	(2.504)
Ações ordinárias (básico e diluído)	31.154	31.154
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0461	(0,0804)

15. Receita líquida de venda de energia

	2025	2024
Receita bruta venda de energia	9.075	7.812
Ressarcimento de energia (a)	(508)	(88)
(-) PIS / COFINS	(331)	(285)
	8.236	7.439

(1) Vide nota explicativa 12 (i).

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do Jornal POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO					
16. Gastos por natureza			de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.		
	2025	2024	2025	2024	
Custo da geração de energia	(4.311)	(4.338)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Despesas gerais e administrativas	(311)	(280)	Custo		Custo
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.623)	(7.772)	amortizado (*)	Nível 2	amortizado (*)
Encargos de transmissão e conexão	(532)	(508)			Nível 2
Compra de energia	(193)	(126)	Ativos financeiros		
Liquidação financeira negativa - CCEE	(255)	(139)	Circulante		
Despesa com pessoal	(263)	(231)	Caixa e bancos		
Serviços de terceiros	(26)	(250)	Aplicações financeiras		
Depreciação	(1.990)	(2.011)	Contas a receber de clientes		
Arrendamento	(73)	(74)	Não circulante		
Manutenção	(1.113)	(4.255)	Aplicações financeiras vinculadas		
Materiais	-	(26)	Partes relacionadas (nota 9)		
Outras despesas administrativas	(157)	(139)	Passivos financeiros		
Outros	(20)	(15)	Circulante		
	(4.623)	(7.772)	Fornecedores		
			Financiamentos (nota 13)		
			Não circulante		
			Financiamentos (nota 13)		
			(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.		
			• Caixa e bancos: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.		
			• Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em real.		
			• Aplicações financeiras vinculadas: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.		
			• Financiamentos: referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.		
			• Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreciação. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.		
			• Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.		
			20. Gerenciamento integrado de riscos		
			A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. (i) Risco operacional: O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. (ii) Risco de crédito: Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos		
			financieiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:		

Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 20.593.647/0001-81

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)					Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto				
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)	
Ativo					Passivo				
Caixa e equivalentes de caixa	7	9.508	7.391	Fornecedores		323	259	Lucro líquido do exercício	
Contas a receber de clientes	8	2.599	2.361	Provisões	12	824	827	Ajustes para:	
Despesas antecipadas		213	14	Financiamentos	13	5.627	5.102	Depreciação e amortização	11
Adiantamentos a fornecedores		67	56	Obrigações sociais e trabalhistas		66	89	Provisão ressarcimento de energia	12
Tributos e contribuições a compensar		174	65	Obrigações fiscais		101	106	Juros e variações monetárias	13
				Imposto de renda e contribuição social a pagar		138	175	Amortização de custos de transação	13
Total do ativo circulante		12.562	9.888	Dividendos a pagar	9	342	-	Imposto de renda e contribuição social correntes	18
				Adiantamento de clientes		275	275	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18
Aplicações financeiras vinculadas	10	7.080	6.017	Total do passivo circulante		7.696	6.832	Variáveis em:	
Contas a receber de partes relacionadas	9	5.840	4.808	Provisões	12	222	-	Contas a receber de clientes	(238)
Imobilizado	11	88.811	93.108	Financiamentos	13	48.929	52.894	Despesas antecipadas	(199)
				Tributos diferidos		206	153	Adiantamentos a fornecedores	(11)
Total do ativo não circulante		101.731	103.933	Total do passivo não circulante		49.357	53.047	Tributos e contribuições a compensar	(109)
				Capital social		56.141	56.141	Partes relacionadas	9
				Reserva legal		72	-	Fornecedores	(1.032)
				Reserva de lucros		1.026	-	Provisões	65
				Prejuízos acumulados		-	(2.200)	Obrigações sociais e trabalhistas	12
Total do ativo		114.294	113.821	Total do patrimônio líquido	14	57.240	53.941	Obrigações fiscais	(23)
				Total do passivo e patrimônio líquido		114.294	113.821	Tributos diferidos	(234)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Demonstrações de resultados					Demonstrações de resultados abrangentes				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)					Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)				
	Nota	2025	2024			2025	2024		
Receita líquida de venda de energia	15	21.487	19.231	Lucro líquido do exercício		3.641	1.792	Caixa proveniente das atividades operacionais	
Custo da geração de energia	16	(10.856)	(10.236)	Outros resultados abrangentes		-	-	Impostos pagos sobre o lucro	
Lucro bruto		10.631	8.995	Resultado abrangente total		3.641	1.792	Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	13.077
Despesas gerais e administrativas	16	(853)	(762)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					7.692
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	45	47	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					Fluxo de caixa das atividades de investimento
Resultado antes dos impostos		9.824	8.281	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)					Fluxo de caixa das atividades de investimento
Despesas financeiras	17	(6.879)	(6.764)					Aquisição de imobilizado	11
Receitas financeiras	17	1.763	1.374					Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(5.116)	(5.390)					Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Resultado antes dos impostos		4.708	2.890					Aplicações financeiras vinculadas	(1.062)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.024)	(1.102)					Pagamento de principal sobre financiamentos	13
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(43)	3					Pagamento de juros sobre financiamentos	13
Lucro líquido do exercício		3.641	1.792					Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(4.795)
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0648	0,0319					Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.117
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.391
Notas explicativas das demonstrações financeiras								Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.508
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)								As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	
1. Contexto operacional									
A Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A. ("SVP XI" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 02 de julho de 2014 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira VII, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP XI foi vencedora do Leilão de Energia									
	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MW]	Garantia Física outorgada [MWm]
Companhia	24	A-3 2014	AW3000-3MW-HH120m	18	06/02/2015	06/02/2050	9,6	11,8	11,8
Santa Vitória do Palmar XI									
2. Base de preparação									
Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.									
3. Moeda funcional e moeda de apresentação									
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.									
4. Uso de estimativas críticas e julgamentos									
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 11 - Imobilizado (<i>Impairment</i> do ativo imobilizado); • Nota explicativa 12 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).									
5. Base de mensuração									
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.									
6. Resumo das políticas contábeis materiais									
O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. a. Reconhecimento da receita de vendas: A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descontas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato;									

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento:

Ativos financeiros:

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros:

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação:

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Valor recuperável de ativos ("impairment"):

(i) Ativos financeiros não-derivativos:

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

• Inadimplência ou atrasos do devedor;

• Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros:

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

• As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;

• As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;

• Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

Outras Normas Contábeis:

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40);

• Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

2025

2024

Caixa e banco

83

24

Aplicações financeiras (i)

9.425

7.367

9.508

7.391

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

2025

2024

Contas a receber

2.598

2.361

2.599

2.361

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as Companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as Companhias e gestão de recursos financeiros.

Ativo não circulante

2025

2024

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A (a)

5.840

4.808

5.840

4.808

Passivo não circulante

2025

2024

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A (b)

342

—

342

—

(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as Companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definido pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.862 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10. Aplicações financeiras vinculadas

2025

2024

Aplicações financeiras vinculadas

7.080

6.017

7.080

6.017

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento aos covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13) Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11. Imobilizado

(i) Composição do saldo

2025

2024

Equipamentos de informática

53

27

37

Edificações, obras civis e benfeitorias

15.557

(4.003)

11.553

11.999

Sistema de geração

113.282

(36.051)

77.231

81.071

128.892

(40.081)

88.811

93.108

(ii) Movimentação do custo

Movimentação em 2025

Saldo em 2024

Adições

Baixas

Transfe-rências

Saldo em 2025

Equipamentos de informática

53

—

—

—

53

Edificações, obras civis e benfeitorias

15.557

—

—

—

15.557

Sistema de geração

113.282

—

—

—

113.282

128.892

—

—

—

128.892

Movimentação em 2024

Saldo em 2023

Adições

Baixas

Transfe-rências

Saldo em 2024

Equipamentos de informática

53

—

—

—

53

Edificações, obras civis e benfeitorias

15.557

—

—

—

15.557

Sistema de geração

113.271

11

—

—

113.282

128.882

11

—

—

128.892

(iii) Movimentação da depreciação

Movimentação em 2025

Saldo em 2024

Adições

Baixas

Transfe-rências

Saldo em 2025

Equipamentos de informática

(16)

(11)

—

—

(27)

Edificações, obras civis e benfeitorias

(3.558)

(446)

—

—

(4.003)

Sistema de geração

(32.211)

(3.840)

—

—

(36.051)

(35.785)

(4.296)

—

—

(40.081)

Movimentação em 2024

Saldo em 2023

Adições

Baixas

Transfe-rências

Saldo em 2024

Equipamentos de informática

(1)

(15)

—

—

(16)

Edificações, obras civis e benfeitorias

(3.111)

(447)

—

—

(3.558)

Sistema de geração

(28.326)

(3.885)

—

—

(32.211)

(31.439)

(4.346)

—

—

(35.785)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment):

A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Santa Vitória do Palmar, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 11,31% a.a. (9,75% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12. Provisões

(i) Provisão ressarcimento

> A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadriennais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadriennais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

2025

2024

1

Abaixo de 90%

Ressarcimento Anual a CCEE

2

Entre 90% a 100%

Ressarcimento Quadrinial

3

Entre 100% a 130%

Gera saldo positivo na apuração quadrienal

4

Acima de 130%

Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 627 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.289, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para contratos classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA.

A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023

3.777

Constituição

1.024

Baixa

(3.975)

Saldo em 31 de dezembro de 2024

827

Constituição

1.148

Baixa

(929)

Saldo em 31 de dezembro de 2025

1.046

824

222

1.046

827

Provisão para ressarcimento curto prazo

824

—

Provisão para ressarcimento longo prazo

222

—

(ii) Provisão para desmantelamento:

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituía assim, um evento de significativa materialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade", o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências:

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13. Financiamentos

Operações (moeda nacional)

Indexador e taxas anuais de juros

Vencimento final

2025

2024

BNDES (a)

T.JLP + 2,12%

15/06/2033

36.805

39.064

BRDE (b)

T.JLP + 3,50%

15/06/2033

19.505

20.714

(1.554)

(1.781)

Custos com a captação

54.556

57.996

Passivo circulante

5.627

5.102

Passivo não circulante

48.929

52.894

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 56.439, com vencimento final para junho de 2033. (b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 29.106, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2026

2027 a 2029

2030 a 2032

2033 a 2035

Total

5.627

19.382

25.003

4.544

54.556

13.1. Movimentação

2025

2024

Saldo inicial

57.996

61.905

Pagamento de juros

(4.795)

(5.114)

Pagamento de principal

(5.102)

(4.621)

Despesas com juros

6.230

5.616

Custos de captação amortizados

227

210

Saldo final

54.556

57.996

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

13.2. Covenants:

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

13.2.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.):

A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao BNDES, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

13.3. Outras garantias:

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social:

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 56.141, dividido em 56.141.484 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

2025

2024

Acionistas

56.141

56.141

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")

56.141

56.141

Controladora e controlador final:

As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil").

b. Reserva legal:

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

2025

2024

Lucro líquido do exercício

3.641

1.792

AbSORção do prejuízo

(2.200)

—

Lucro líquido ajustado

1.441

—

Constituição de reserva legal - 5%

72

—

Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.									
CNPJ Nº 20.586.118/0001-50									
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)									
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024		
Ativo				Passivo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	18.597	15.753	Fornecedores		377	300		
Contas a receber de clientes	8	3.167	2.839	Provisões	12	799	801		
Despesas antecipadas		267	18	Financiamentos	13	6.503	5.897		
Adiantamento a fornecedores		35	42	Obrigações sociais e trabalhistas		53	71		
Tributos e contribuições a compensar		425	285	Obrigações fiscais		121	142		
				Imposto de renda e contribuição social a pagar		177	277		
Total do ativo circulante		22.491	18.936	Dividendos a pagar	9	1.348	854		
Aplicações financeiras vinculadas	10	8.450	7.158	Adiantamento de clientes		382	382		
Contas a receber de partes relacionadas	9	7.647	6.239	Total do passivo circulante		9.760	8.724		
Imobilizado	11	112.017	117.360	Financiamentos	13	56.557	61.139		
				Tributos diferidos		314	184		
Total do ativo não circulante		128.113	130.758	Total do passivo não circulante		56.871	61.324		
				Capital social		73.762	73.762		
Total do ativo		150.604	149.694	Reserva legal		670	386		
				Reserva de lucros		9.542	5.498		
				Total do patrimônio líquido	14	83.973	79.646		
				Total do passivo e patrimônio líquido		150.604	149.694		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Demonstrações de resultados									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)									
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024		
Receita líquida de venda de energia	15	27.036	23.969	Lucro líquido do exercício		5.675	3.596		
Custo da geração de energia	16	(13.861)	(12.513)	Outros resultados abrangentes		-	-		
Lucro bruto		13.175	11.456	Resultado abrangente total		5.675	3.596		
Despesas gerais e administrativas	16	(879)	(762)						
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	34	28	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		12.331	10.722	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
Despesas financeiras	17	(7.944)	(7.822)	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)					
Receitas financeiras	17	3.012	2.232						
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(4.931)	(5.590)		Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados
Resultado antes dos impostos		7.399	5.132	Saldos em 31 de dezembro de 2023		73.762	206	2.936	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.609)	(1.542)	Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.596
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(115)	6	Constituição de reserva legal	14b.	-	180	-	(180)
Lucro líquido do exercício		5.675	3.596	Dividendos mínimos	14c.	-	-	-	(854)
				Reserva de lucros	14d.	-	-	2.562	(2.562)
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0769	0,0488	Saldos em 31 de dezembro de 2024		73.762	386	5.498	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Notas explicativas das demonstrações financeiras									
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)									
1. Contexto operacional									
A Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A. ("SVP XII" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 02 de julho de 2014 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mirim II, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP XII foi vencedora do Leilão de Energia A-3/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e									
assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2017 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial no dia 27 de dezembro de 2016 com a produção anual estimada será de 10,8 MWm (não audited). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.									
(iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. b. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. c. Imposto de renda e contribuição social: (i) Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. (ii) Impostos e contribuições sobre o lucro: Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. d. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. (ii) Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) Depreciação: A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear. Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados									
Classe de imobilizado									
Equipamentos de informática									
Edificações, obras civis e benfeitorias									
Sistema de geração									
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. e. Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Ressarcimento: Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de									
Taxa anual de depreciação									
20%									
2%									
3%									
Potência									
Companhia									
[MW]									
30									
A-3 2014									
AW3000-3MW-HH120m									
6									
15/01/2015									
15/01/2050									
10,8									
14,6									
14,6									
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)									
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024		
Lucro líquido do exercício		5.675	3.596	Lucro líquido do exercício		5.675	3.596		
Ajustes para:				Ajustes para:					
Depreciação e amortização	11	5.344	5.413	Depreciação e amortização	11	5.344	5.413		
Provisão para ressarcimento	12	840	807	Provisão para ressarcimento	12	840	807		
Juros e variações monetárias	13	7.203	6.493	Juros e variações monetárias	13	7.203	6.493		
Amortização de custos de transação	13	264	244	Amortização de custos de transação	13	264	244		
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.609	1.542	Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.609	1.542		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	115	(6)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	115	(6)		
		20.849	18.089			20.849	18.089		
Variações em:				Variações em:					
Contas a receber de clientes		(328)	741	Contas a receber de clientes		(328)	741		
Despesas antecipadas		(249)	344	Despesas antecipadas		(249)	344		
Adiantamentos a fornecedores		7	(1)	Adiantamentos a fornecedores		7	(1)		
Tributos e contribuições a compensar		(140)	-	Tributos e contribuições a compensar		(140)	-		
Partes relacionadas	9	(1.408)	(1.926)	Partes relacionadas	9	(1.408)	(1.926)		
Fornecedores		77	(239)	Fornecedores		77	(239)		
Provisões	12	(642)	(3.385)	Provisões	12	(642)	(3.385)		
Obrigações sociais e trabalhistas		(18)	(18)	Obrigações sociais e trabalhistas		(18)	(18)		
Obrigações fiscais		(498)	(410)	Obrigações fiscais		(498)	(410)		
Tributos diferidos		14	(8)	Tributos diferidos		14	(8)		
Caixa proveniente das atividades operacionais		17.665	13.207	Caixa proveniente das atividades operacionais		17.665	13.207		
Impostos pagos sobre o lucro		(1.233)	(1.120)	Impostos pagos sobre o lucro		(1.233)	(1.120)		
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		16.432	12.087	Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		16.432	12.087		
Fluxo de caixa das atividades de investimento				Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	11	-	(83)	Aquisição de imobilizado	11	-	(83)		
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-	(83)	Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-	(83)		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aplicações financeiras vinculadas		(1.291)	(887)	Aplicações financeiras vinculadas		(1.291)	(887)		
Dividendos pagos		(854)	(860)	Dividendos pagos		(854)	(860)		
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(5.898)	(5.342)	Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(5.898)	(5.342)		
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(5.544)	(5.912)	Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(5.544)	(5.912)		
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(13.588)	(13.091)	Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(13.588)	(13.091)		
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		2.845	(997)	Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		2.845	(997)		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		15.753	16.750	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		15.753	16.750		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		18.597	15.753	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		18.597	15.753		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
energia firmados entre as partes. f. Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. g. Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. h. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo através do Resultado Abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo através do Resultado Abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor Justo através do Resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes: Mantido para recebimento A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros. Mantido para recebimento e venda A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez. Mantido para negociação A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI: A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e, • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.									

Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=e2fb9de7-6551-490f-bff0-e05fde69d21

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO									
Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas									
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.								
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.								
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.								
Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:									
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. Desreconhecimento: • Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. i. Valor recuperável de ativos ("impairment"): (i) Ativos financeiros não-derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. (ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. (iii) Ativos não financeiros: A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. j. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).									
7. Caixa e equivalentes de caixa									
Caixa e bancos	2025	2024							
Aplicações financeiras (i)	83	308							
	18.514	15.445							
	18.597	15.753							
Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.									
8. Contas a receber de clientes									
Contas a receber	2025	2024							
	3.167	2.839							
	3.167	2.839							
9. Partes relacionadas									
A Companhia possui operações entre as Companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as Companhias e gestão de recursos financeiros.									
Ativo não circulante									
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A (a)	2025	2024							
	7.647	6.239							
	7.647	6.239							
Passivo circulante									
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A (b)	2025	2024							
	1.348	854							
	1.348	854							
(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as Companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b) Os sados de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. Remuneração do pessoal chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.									
10. Aplicações financeiras vinculadas									
Aplicações financeiras vinculadas	2025	2024							
	8.450	7.158							
	8.450	7.158							
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento aos covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.									
11. Imobilizado									
(i) Composição do saldo									
	2025	2024							
	Depreciação	Saldo							
	Custo	acumulada	líquido	líquido					
Equipamentos de informática	20	(9)	11	15					
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.091	(4.964)	14.127	14.672					
Sistema de geração	143.240	(45.361)	97.879	102.674					
	162.350	(50.333)	112.017	117.360					
(ii) Movimentação do custo									
	Movimentação em 2025								
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2025				
Equipamentos de informática	20	-	-	-	20				
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.091	-	-	-	19.091				
Sistema de geração	143.240	-	-	-	143.240				
	162.350	-	-	-	162.350				
	Movimentação em 2024								
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2024				
Equipamentos de informática	20	-	-	-	20				
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.091	-	-	-	19.091				
Sistema de geração	143.157	83	-	-	143.240				
	162.267	83	-	-	162.350				
(iii) Movimentação da depreciação									
	Movimentação em 2025								
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2025				
Equipamentos de informática	(5)	(4)	-	-	(9)				
Edificações, obras civis e benfeitorias	(4.419)	(545)	-	-	(4.964)				
Sistema de geração	(40.566)	(4.795)	-	-	(45.361)				
	(44.990)	(5.344)	-	-	(50.333)				
	Movimentação em 2024								
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2024				
Equipamentos de informática	(1)	(4)	-	-	(5)				
Edificações, obras civis e benfeitorias	(3.871)	(548)	-	-	(4.419)				
Sistema de geração	(35.705)	(4.861)	-	-	(40.566)				
	(39.577)	(5.413)	-	-	(44.990)				
a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)									
A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Santa Vitória do Palmar, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 11,31% a.a. (9,75% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.									
12. Provisões									
(i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadriennais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadriennais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:									
	Geração x								
	Genários	Montante Contratado	Resultados						
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE							
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrinial							
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadriennal							
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual							
13. Financiamentos									
	Indexador e taxas		Vencimento						
	anuais de juros		final		2025	2024			
Operações (moeda nacional)					42.299	45.141			
BNDES (a)	TJLP + 2,12%		15/06/2033		22.567	23.965			
BRDE (b)	TJLP + 3,50%		15/06/2033		(1.806)	(2.070)			
Custos com a captação					63.060	67.036			
Passivo circulante					6.503	5.897			
Passivo não circulante					56.557	61.139			
(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 65.298, com vencimento final para junho de 2033. (b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 33.675, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:									
					2026	2027 a 2029			
					6.503	22.403			
					2030 a 2032	28.902			
					2033 a 2035	5.252			
Total					63.060	67.036			
13.1. Movimentação									
					2025	2024			
Saldo inicial					67.036	71.554			
Pagamento de juros					(5.544)	(5.912)			
Pagamento de principal					(5.898)	(5.342)			
Despesas com juros					7.203	6.493			
Custos de captação amortizados					264	244			
Saldo final					63.060	67.036			
13.2. Covenants: A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.									
13.2.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (Informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.): A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao BNDES, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato.									
13.3. Outras garantias: As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.									
14. Patrimônio líquido									
a. Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 73.762, dividido em 73.761.893 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:									
					2025	2024			
Acionistas					73.762	73.762			
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")					73.762	73.762			
Controladora e controlador final: As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlântic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil").									
b. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.									
					2025	2024			
Lucro líquido do exercício					5.675	3.596			
Constituição de reserva legal - 5%					284	180			
c. Dividendos: Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.									
					2025	2024			
Lucro líquido do exercício					5.675	3.596			
Constituição de reserva legal - 5%					(284)	(180)			
					5.392	3.416			
Dividendo mínimo obrigatório - 25%					(1.348)	(854)			
Lucros retidos					4.044	2.562			

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc. Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Verifique as assinaturas em:

<https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=e2fb9de7-6551-490f-bff0-e05ffed69d21>

Chave de acesso: e2fb9de7-6551-490f-bff0-e05ffed69d21



Hash do documento

9b12904adee5e6322532241ceb4dd151afec7f4438756357326fcd72bcb32789

Documento disponível em



Documento(s) gerado(s) em 24-04-2026, com o(s) seguinte(s) participante(s):

POLO BRASIL EDITORA E AGENCIA DE NOTICIA - 60.172.497/0001-57 em
24/04/2026 12:10:11 UTC-03:00

Tipo de Participante: Assinatura Digital

Identificação: Por e-mail: jadete@jornalpolobrasil.com.br

Geolocalização: Latitude: Longitude:

IP: 179.100.17.119



Documento eletrônico assinado digitalmente.
Validade jurídica assegurada conforme
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil.